Não pode ser vendido separadamente

Suplemento integrante da edição 3143 do Jornal Correio do Povo do Paraná

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJEIRAS DO SUL
CNPI N°, 76. 205. 9700001-9 FONE (042) 3635-8135
85. 301-070 - LARANJEIRAS DO SUL - PARANÁ
ATO AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA N°, 004/2019 - PMLS
Objeto: Concessão de direito real de uso do lote 4-a medindo 1.522,80 m², do lote 4-b medindo 1.491,08 m², ed lote 4-b medindo 1.491,08 m², ed lote 4-b medindo 1.491,08 m², todos localizados no pilar i - parque industrial de laranjeiras do sul, nos termos da lei federal n° 8.666/1993 e da lei municipal n° 051/2017.
Tipo Licitação: Maior Offerta.
Abertura dos Envelopes: 14 de junho de 2019, às 08h15min.
Autorização: Jonatas Felisberto da Silva - Prefeito Municipal.
Informações Sobre Edital: A integra deste Edital e seus anexos estarão disponiveis para consulta no Departamento de Licitações, no site do município ou através do email licitacações]s, progob.

Edson Carlos Becker Presidente Comissão de Licitação



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-070 CNPJ: 76.205.970/0001-95 Forne: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-813

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2019 - PMLS

RATIFICAÇÃO E ADJUDIÇAÇÃO

JONATAS FELISBERTO DA SILVA Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL Estado do Paraná

Praça Rui Barbosa, 01 – Centro – Cx. Postal 121 – 85301-070 CNPJ: 76.205.970/0001-95 Fone: (42) 3635-8100 Fax: (42) 3635-8130

EXTRATO DE CONTRATO PARA PUBLICAÇÃO Nº. 029/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2019 - PMLS Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO LOCALIZADO NA AV. HONÓRIO BABINSKI, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 450,00 M², PARA SEDIAR A SECRETARIA DE OBRAS E URBANISMO.

LOCATÁRIO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL. inscrito no CNPJ nº 78.205.970,0001-95, com endereço à Praça Rui Barbosa, nº 01. Centro, Laranjeiras do Sul. Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeto Namicipal. Sr. JONATAS FELEISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de identidade nº 3.983.368-3.59PPR e inscrito no CPFMF sob o nº 586.875.719-53.

LOCADOR: JOSÉ NUNES DE CRISTO, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 059.763.919-15 e portador da Cédula de Identidade nº 686.215-2-SSP/PR, residente e domiciliado em Laranjeiras do Sul-PR.



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2019 TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2019-PMLS

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA MONTE CASTELO – INFRAESTRUTURA TURÍSTICA – MEMORIAL AOS PRACINHAS LARANJEIRENSES DA SEGUIDA GUERRA MUNDIJAL, CONFORME CONTRATO DE REPASSE 884109/2017-MTURICAIXA.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL, inscrito no CNPJ nº 76 205.970/0001-95, com endereço a Praça Rui Barbosa, n.º 01, Centro, Laranjeiras o Sul, Estado do Paraná, neste ato representado polo Prefeito Municipal, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, portador da Cédula de Identidade nº 3993.868-3-SP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 588.875.119-53.

CONTRATADA: CONRADO ENGENHARIA E CONSTRUCOES EIRELI, inscrita no CNPJ nº 03.030.122/0001-19, situada a Rua Expedicionário João Maria, nº 1019, sala 02, Centro, Laranjeiras do Sul-PR, CEP 85.301-1410, neste ato representada, pelo Sr. EMERSON CONRADO. inscrito no CPF/MF sob o nº 718.031.309-20 e portador da cédula de Identidador nº 5.200.958-5.SPPR.

VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 249.462,04 (Duzentos e Quarenta e Nove Mil, Quatrocentos e Sessenta e Dois Reais e Quatro Centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 05 (cinco) meses

DATA DA ASSINATURA: 10 de maio de 2019



MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS DO SUL

DIVISÃO DE LICITAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS № 006/2019

No dia 10 de maio de 2019, após constatada a regularidade dos ates procedimentais.

autoridade competente, Sr. JONATAS FELISBERTO DA SILVA, HOMOLOGA O Processe
Licitation Modalidade formada de Proces Nº 006/2019, quio objeto 6 a CONTRATAÇÃO
DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A CONSTRUÇÃO DA PRAÇA MONTA
CASTELO — INFRAESTRUTURA TURISTICA — MEMORIAL ADS PRAÇAM MONTA
LARANJERIENSES DA SEGUINDA GUERRA MUNDIAL, CONFORME CONTROCADO
LARANJERIO CONTROCADO
L

JONATAS FELISBERTO DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL



Município de Virmond Estado do Parana Av. XV de Novembro, 608 - Centro - CEP 85390-000 CNPJ: 95.587.622/0001-74 - Fone: (42) 3618-1122

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA 067/2019

O Prefeito do Município de Virmond, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

RESOLVE

Artigo 1.º Conceder "Gratificação de regime de tempo integral", nos termos do artigo 32, inciso II, da Lei 124/2012 – Virmond – PR, sobre o salario base, ao seguinte espridor público abairo, relacionado:

Servidor	RG	% de gratificação
DAMIÃO JOSÉ DA SILVA	17.604.103	30%

Gabinete do Prefeito Municipal de Virmond, Estado do Paraná, em 06 de maio de 2019

NEIMAR GRANOSKI



CÂMARA MUNICIPAL DE PINHÃO

<u>Publicação oficial</u>

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº. 09/2019.

CONTRATO N°. 09, 10 E 11/2019.

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Pinhão.

Objeto: Contratação de Empresa para fornecimento de Gêneros Alimentícios que serão para as Sessões do Projeto Câmara Mirin (item 01 ao 16), e para consumo interno da Câmara Municipal (item 17 ao 22), sendo no gabinete da Presidência, na copa e nas Sessões Ordinárias.

CONTRATADAS: A empresa GNS - ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.364.422/0001-08, itens 1 a 5, 12, 13, 17 e 22, totalizando R\$ 3.372,80 (três mil trezentos e setenta e dois reais e oitenta centavos). A empresa ANTONIO PEREIRA DE FREITAS E MARIANE FATIMA FREITAS LTDA, inscrita no CNPJ n° 07.249.023/0001-83, itens 06, 07, $\,$ 09, 11, 15, 18, 19, 20 e 21, totalizando R\$ 3.693,10 (três mil seiscentos e noventa e três reais e dez centavos). E a empresa JEZEMATTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 04.595.700/0001-27, itens 08, 10, e 14, totalizando R\$ 123,66 (cento e vinte e três reais e sessenta e seis centavos).

Fundamento legal: art. 24, II c.c art. 23, II, "a" e 61 da Lei nº 8.666-93 e Decreto 9.412/2018. Ratificação: 1º/04/2019

Parecer Jurídico nº. 41/2019.

RODRIGO DELLÊ LIMA

Presidente

Pinhão, 10 de maio de 2019.



Município de Virmond

Estado do Paraná

Av. XV de Novembro 808 - Centro - CEP 85390-000

CNPJ: 95.587 to Centro - CEP 85391-000

CNPJ: 95.587 to Centro - CEP 85391-00

SUMULA: Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais.

O Prefeito do Município de Virmond, Estado do Paraná, no uso de suas ições legais, especialmente o previsto no artigo 79 do Estatuto dos Servidores

Artigo 1°. – Conceder férias no período de 13/05/2019 Á 20/05/2019, para a servidora pública efetiva ADELITA SEGUNDA SCHULTZ.



= Gabinete do Prefeito

No Jornal Correio do Povo do Paraná edição 3137 de 03 de maio de 2019 página 1A, onde está publicado a PORTARIA 066/2019

Onde lè-se: Artigo 1.º - Lotada na Secretaria Municipal de Assistência: Leia-se: Artigo 1.º - Lotada na Secretaria Municipal de Administração.

NEIMAR GRANOSKI Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS E 8 TA DO DO P ARA N CNP! 95. \$57. 648' 00 0 1 -12 Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, CIP 85350-000, Fone: (42) GABINETE DO PREFEITO

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL,

Art. 1º Designar o Servidor CLEITON AUGUSTO LUBK, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 9.176.869-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 057.448.119-23, ocupante do cargo de Oficio Administrativo, para prestar serviços da Unidade da ADAPAR a partir de 10 de maio de 2019.

Art. 2º O servidor mencionado atenderá as normas e recomendações do referido chefe da unidade.





Município de Nova Laranjeiras Estado do Paraná CNP3: 95.587.648/0001-12 Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro - CEP 85.350-000 Fone: (42) 3637-1148

C MUNICÍRIO DE NOVA JANAMIERIAS, incertio no CNPI nº 95.597.648/000.112, com endemo; no Rua ti Granda do Sul, nº 21.12. Contro, Nova Lamanierio, Parmá, nada ate representada nelo Prefetto Municipo. JOSE LIBER (DOMES, Evalidora, appropriacariza, porteiro de cidad de identidade filo nº 13.28.655 SSI/Filo C. DEFE, MEN GOMES, Evalidora, appropriacariza, porteiro de cidad de identidade filo nº 13.28.655 SSI/Filo C. DEFE, MEN DE ANOS DE SERVI, LOS SERVIDADOS SERVI

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO O referido Contrato tem por objeto Aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, equipamentos rodoviários, e máquinas da administração municipal.

Lote	ltem	Produto	Marca	UN	Saldo	Preço	Valor	Valor realustado	Valor total apos realuste	Total do
		Serviço			atual	astumi	Total	reagustado	apos reajuste	Acrescimo
1	3	ETANOL COMUM	SHELL	LT	4.597,596	3,25	14.942,19	3,35	15.401,95	459,76
2	1	DIESEL COMUM BS-10	SHELL	LT	153.631,355	3,49	536.173,43	3,54	543.856,00	7.681,57
2	2	DIESEL COMUM BS-500	SHELL	LT	244.134,721	3,39	827.616,70	3,45	842.264,79	14.648,09
2	3	GASOLINA COMUM	SHELL	LT	80.501,027	4,47	359.839,59	4,59	369.499,71	9.660,12
TOTA	L									32.449,54



Município de Nova Laranjeiras Estado do Paraná CNPI: 95.587.648/0001-12 Rua Rio Grande do Sul, 2122, Camtro - CEP 85.350-000

CURTA A PÁGINA

DO

CORREIO DO POVO

DO PARANÁ



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS ESTADO DO PARANÁ CNP1: 95. 2877. 648/000 1-12 Rio Grande do Sul. 2122. Centro., CEP 82350-000, Fone: (42) 3637. GABINETE DO PREFEID DO PREFEID

DECRETO Nº 79, DE 10 DE MAIO DE 2019,

Regulamenta o Programa Aumento da Produtividade, Projeto Pacote Agrícola de Inverno Safra 2019/2019 do município de Nova Laranjeiras e dá outras providências.

DECRETA:

otal de R\$ 533,95 (quinhentos e trinta e três reais e noventa e cinc 05 (cinco) sacas de fertilizante nitrogenado sólido com no mínimo 45% de arca Yara 50 kg cada, no valor total de R\$ 509,70 (quinhentos e nove reais e

rdio 40 kg cada, no valor total de R\$ 681,35 (seis

centavos).

Partigrafo Único. O Pacote Agrícola de Inverno safra 2019/2019 totaliza o valor de 725,00 (um mil setecentos e vinte e cinco reais).

Art. 2º Poderão ser beneficiados do Pacote Agrícola de Inverno safra 2019/2019 os tores rurais que se enquadrarem em todas as alternativas abaixo mencionadas, em smidade com as determinações do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Dessuir im/ovel rural com área de até 72 hectares;

Utilizar em sua exploração mão-de-obra própria e de membros da familia;

c) Comprovar residência no Município de Nova Laranjeiras, no mínimo 12 (doze)

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

ESTADO DO PARANA

CNPJ 95. SSP, 048/9001-12

Rua Rio Grande do Sul, 2122, (centro, CEP 853-90-00, Fone: (42) 3637-1148

GABRINER DO PREEDIR

Para o pagamento efetuado entre 02 a 30 de setembro de 2019, o desconto

b) Para o pagamento efetuado entre 01 a 31 de outubro de 2019, o desconto de 15% (quinze por cento), e
c) Para o pagamento efetuado após este período e até 29 de novembro de 2019, não terão direito a desconto, devendo o pagamento ser efetuado na sua totalidade.
§ 1º A flem das demais penalidades legais aplicáveis, a amortização da divida fora do prazo estabelecido implicará no pagamento de multa de mora de 2% (dois) dois por cento sobre o valor da divida mais juros moratórios de 1% (um) por cento ao mês ou fração.
§ 2º O pagamento do subsidio será efetuado através de guia de recolhimento emitida pelo beneficiário junto ao Departamento de Tributação e depositada em conta especifica para esta finalidade.

nuto oncreso ou gratuno, sos pena de ser excutuo das tiemas capas do rrogania.

§ 1º. Caso sejam constatudas irregularidades e o heneficiário não utilize os produtos do Pacote Agrícola de Inverno safra 2019/2019 como destinadário final em sua propriedade unual, deverá realizar o pagamento imediato e integral, em panecla única, do valor estabelecido no parágrafo único do artigo 1º, sem prejuizo da aplicação das penalidades do §



Art. 6º. Faz parte integrante deste Decreto o Termo de Recebimento do Programa Pacote Agrícola de inverno safra 2019/2019 e a Declaração para os fins do estabelecido no

Juibingus José Lineu Comes



MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS

TERMO DE RECEBIMENTO

PROGRAMA PACOTE AGRÍCOLA DE INVERNO SAFRA 2019/2019

EU portador do CPF nº DECLARO que recebi da Secretaria de Agropecuária, Meio Ambiente, Indústria e Comécio do município de Nova Laranjeiras, 05 (cinco) pacotes de semente de Aveia preta melhorada e fiscalizada S2 de ciclo tardio 40 kg cada, no valor de RS 136,27 (cento e trinta e seis reais e vinte e sete centavos), a saca, 05 (cinco) sacas de fertilizante nitrogenado sólido com no mínimo 45% de introgênio, marca Yara 50 kg cada, no valor de RS 101,94 (cento e um reais e noventa e quatro centavos) 05 (cinco) sacas de fertilizante químico granulado NPK08-20-20 Mosaic 50 kg cada, no valor de RS 106,79 (cento e seis reais e setenta e nove centavos) a saca, totalizando o valor de RS 1725,00 (um mil setecentos e vinte e cinco reais).

Fico ciente de que o pagamento do mesmo iniciará em 02 de Setembro de 2019, da seguinte forma:

- Para pagamento efetuado entre 02 a 30 de Setembro de 2019, o desconto será de 30% (trinta por cento);
- Para pagamento efetuado entre 01 a 31 de outubro de 2019, o desconto de 15% (quinze por cento).

 Para pagamento efetuado entre 01 a 31 de outubro de 2019, o desconto de 15% (quinze por cento).

Quinze por cento).

Os pagamentos efetuados após este periodo e até 29 de Novembro 2019, não terão direito a desconto, devendo o pagamento ser efetuado na sua totalidade.

O não pagamento implicará na exclusão do beneficiário dos demais programas do Município, até sua Regularização.

Além das demais penalidades legais aplicáveis, a amortização da divida fora do prazo estabelecido, a partir de 02 de dezembro de 2019, implicará no pagamento de multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor da divida mais juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês ou fração.

Fico ciente também de que a devolução do beneficio será efetuada através de guia de recolhimento emida pelo beneficiário junto ao Departamento de Tributação e depositado em conta específica para esta finalidade.

Nova Laranjeira,	de	de 2019
Assinatura		
COMUNIDADE:		



CPF N°_______DECLARO para os fins do disposto no artigo 4º. Do Decreto nº
310/2017 que assumo o compromisso de utilizar os produtos do Programa Pacote Agrícola de inverno safra 2019/2019 como destinatário final e exclusivamente na propriedade rural da qual sou proprietário ou possuidor. DECLARO ainda que tenho conhecimento que é proibida a cessão ou repasse dos produtos do Pacote Agrícola de inverno safra 2019/2019 para terceiros, seja a título oneroso ou gratuito, sob pena de ser excluído das demais etapas do Programa e ter de realizar o pagamento imediato e integral, em parcela única, do valor de R\$ 1.725,00 (um mil setecentos e vinte e cinco reais), sem prejuizo da aplicação das

	ssinatura			_	
--	-----------	--	--	---	--

penalidades do § 1º. do artigo 3º. do Decreto nº 310/2017.

Município de Nova Laranjeiras

CNPJ: 95.587.648/0001-12 Rua Rio Grande do Sul, nº 2122, centro – CEP 85.350-000 Fone: (42) 36371148

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2019-PMNL PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019-PMNL

Objeto: Aquisição de sementes de aveia, uréia e adubo químico para formação do pacote agrícola de inverno 2019.

Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS, inscrito no CNPJ sob nº 95.587.648/0001-12, com endereço à Rua Rio Grande do Sul, 2122, Centro, Nova Laranjeiras, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, Sr. 105€ LINEU GOMES, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.328.459-8 SSP/PR e CPF/MF nº 240.909.729-49.

Consideram-se registrados os preços do Detentor da Ata: A empresa AGROPECUARIA NOVA LARANIEIRAS LTDA - EPP, com sede na Rua Santa Catarina, Nº 1701. CEP : 8-5350-000, Nova Laranjeiras - Pr e Inscritta no CNPJ sob nº 05.788.384/0001-73, representada pela Sra. MARLI STEINHEUSER MORETTO, portador da Carteira de Identidade RG nº 4.204.523-3SSP/Pr e CPF/MF sob o nº 688.559.409-10, à saber:

.ote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unid	Quant	Preço	Preço total
1		FERTILIZANTE NITROGENADO SOLIDO 50 KG Granulos brancos, contendo no mínimo 45% de nitrogênio. Embalagem contendo 50kg.	YARA	SC	200,00	101,94	20.388,00
1		FERTILIZANTE QUIMICO GRANULADO 50 KG Com NPK no grão, formulação mínima 08-20-20. Embalagem contendo 50kg.	MOSAIC	SC	200,00	106,79	21.358,0
1	3	SEMENTES DE AVEIA PRETA 40 KG Semente fiscalizada de veia peria embrada en fiscalizada, SZ, cadestro no ERNASEM, cicho terdio que efiscalizada, SZ, cadestro no ERNASEM, cicho terdio peria del cade de la similar de la cade de la similar de similar de la similar de l	AGRIVI SEMENTES	SC	200,00	136,27	27.254,01
2		FERTILIZANTE NITROGENADO SOLIDO 50 KG Granulos brancos, contendo no mínimo 45% de nitrogênio. Embalagem contendo 50kg.	YARA	SC	800,00	101,94	81.552,0
2		FERTILIZANTE QUIMICO GRANULADO 50 KG Com NPK no grão, formulação mínima 08-20-20. Embalagem contendo 50kg.	MOSAIC	SC	800,00	106,79	85.432,0
2	-	SEMENTES DE AVEIA PRETA 40 KG Semente fiscalizada de evale preta mehorada e fiscalizada, 52. cadastro no RENASENI, ciclo bardio que possibilite o mano rumero de cortex, desfinada a simentacao animal (pastejo direto, verde no cocho, feno e talgem) e ao manoje e conservacio de soli o (como cobertura de soli o especio na roltacia o de culturas). Sementes produzidas na salha 2016. recomendado para sementes produzidas na salha 2016. recomendado para consesimento aprociamistro de MAPA, para glanto de salará normal. como como quela desdeba e desfolorimato.	AGRIVI SEMENTES	SC	800,00	136,27	109.016,0



DO VALOR DO CONTRATO: O valor total contratado é de R\$ 345.000,00 (Trezentos e Quarenta e Cinco Mi)

SECRETARIA DE AGROP, MEIO AMBIENTE E INDÚSTRIA E COMÉRCIO DEPARTAMENTO DE AGOPECUÁRIA AÇÕES À EXPANSÃO DA PRODUÇÃO MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUÍTA Recursos Ordinários (Livres) 3.3.90.32.00.00 05000 E 00000

DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA:

MUNICÍPIO DE NOVA LARANJEIRAS
ESTADO DO PARANÁ
CNPJ: 95.587.648/0001-12
Rua Rio Grande do Sul, 2122. Centro, CEP 8250-000. Fone: (42) 1647.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Laranjeiras, Estado do Paraná



Art. 1º: Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento Geral do exercicio de 2019, o valor RS 376.693,23 (Trezentos e setenta e seis mil seiscentos e noventa e três e vinte e três centavos), a titulo de Crédito Adicional Suplementar, destinado ao suporte das despesas em geral.

t. 5°: Para cobertura do crédito a ser aberto também serão utilizado recadação de Recursos Vinculados apurado no exercício vigente, co artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 de 17/03/1964. (fonte 304 e 710)



				Págin
Lei/Ato nº 516 - D	ecreto nº 33/2019 de 25/04/2019	Escopo		N° Ano
Autorização: 400	Lei ordināria	Lei Orçamentária An	al - LOA	811 2018
Crédito adicional	Recurso do crédito adicio	enal	Previsto	Realizad
Remanejamento	Anulação de Dotações		15.435,91	0,0
Remanejamento	Anulação de Dotações		0,00	15.435,9
Suplementar Suplementar	Anulação de Dotações Excesso de Amecadação		182.526, 10 122.543, 62	182.526,1
Suplementar	Excesso de Anecadação Excesso de Ameradação		122.543,62	122 543 6
Suplementar	Superavit Financeiro		56,187.60	0.0
Suplementar	Superávit Financeiro		0,00	6.400,0
Suplementar	Superávit Financeiro		0,00	49.787,6
Despess				
	EXECUTIVO MUNICIPAL GAMINETE DO PREFEITO MINICIPAL		Anulação	30.000,0
	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL ASSESSOBIA DE GABINETE		Reabertura por Suplementação	
	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL			
	Recursos Ordinários (Llymes)	CIVIL		
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:	Assistante de Datastino	
	EXECUTIVO MUNICIPAL	NACTOR OF CREEKS BUILDING:	Anuação de Dosições Anuação	24 580 4
	EXECUTIVO MUNICIPAL ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO		Anulação Respertura por Suplementação	24.580,4
	ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO		rosabertura por suprementação	
	MATERIAL DE CONSUMO			
	Recursos Ordinários (Llyres)			
Crédito adicional:	Suplementer	Recurso do crédito adicional:	Anvierto de Doterñes	
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		Acriscimo	5,000.0
	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECUR	EOE MIRRIOE	Resbertura por Suplementação	6.000,0
04 177 0003 3000	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECUR	POP MINIMAROS	Remanelamento	
3.1.90.94.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTA	5		
	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Remanulamento	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		Anulação	5,000.0
	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECUR	SOS HUMANOS	Resbertura por Suplementação	0.000,0
	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E RECUR		Remanejamento	
3.3.90.35.00.00	SERVIÇOS DE CONSULTORIA			
460 00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:	Remanejamento	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
04	SECRETARIA DE FINANÇAS		Anulação	20,000.0
	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, TESOURI		Resbertura por Suplementação	
	DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE, TESOURI	ARIA, ARRECADAÇÃO E		
	MATERIAL DE CONSUMO			
	Outros Royalties e Compensações Financeiras e P			
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
	SECRETARIA DE FINANÇAS		Acrescimo	20.000,0
	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS GE		Resbertura por Suplementação	
	DEPARTAMENTO DE COMPRAS E SERVIÇOS GE			
	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J			
	Outros Royalties e Compensações Financeiras e P			
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:		
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Acréscimo	10.000,0
	DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA		Resbertura por Suplementação	
	DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA - ENSINO FUN			
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA J Salário-Educação	URIDICA		
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:		
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Acréscimo	435,9
	DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA		Reabertura por Suplementação	
12.365.0003.2018	CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	cea	Remanejamento	
	Recursos Ordinários (Llymes)	CITE .		
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:		
	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE DEDAGOGIA		Acréscimo	54.528,2
	DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE		Reabertura por Suplementação	
	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL	CMI		
		CITE .		
1240 00000				
1240 00000	Recursos Ordinários (Livres)			

thirt is a second	Relatório de alteração on	çamentária por funcion	al programática	
				Pág
05.002 12.365.0003.2018 3.1.90.13.00.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE OBRIGAÇÕES PATRONAIS		Anulação Resbertura por Suplementação Remanejamento	435
1270 00000 Crédito adicional:	Recursos Ordinários (Livres) Remanelamento	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05.002 05.002 12.365.0003.2018 3.1.91.13.00.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE OBRIGAÇÕES PATRONAS RECURSOS OBÍNÍCIOS (LIVES)		Acréscimo Resbertura por Suplementação Remanejamento	4.000
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05.002 12.365.0003.2018 3.1.91.13.00.00 1290 00000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE OBRIGAÇÕES PATRONAIS RECURSOS ORIGINÁRIOS (LIVIRIS)		Acréscimo Resbertura por Suplementação	52
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:		
05.002 12.365.0003.2018 3.3.90.30.00.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE MATERIAL DE CONSUMO RECURSO Odinários (Lyves)		Anulação Resbertura por Suplementação Remanejamento	4.000
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05.002 12.365.0003.2019 3.3.90.32.00.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA EDUCAÇÃO INFANTI - PRÉ ESCOLA MATERIAL, SEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇ SABRIO-BIXASEÑO	ÃO GRATUITA	Anulação Resbertura por Suplementação	10.000
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
05.003 12.306.0003.2020 3.3.90.30.00.00 1650 00000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO, MERENDA I PORTAMA DE SEGUIRANÇA ALIMENTAR MATERIAL DE CONSUMO RECURSOS ORDINÁCIOS (LIVES)	E TRANSPORTE ESCOLAR	Anulação Resbertura por Suplementação	9.810
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:		
05.003 12.361.0003.2021 3.1.90.11.00.00 1730 00000	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO, MERENDA I PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR VENCIMENTOS E VANTACENS FIXAS - PESSOAL RECURSO Ordinários (Livres)	CIVIL	Acréscimo Resbetura por Suplementação	9.210
Crédito adicional:	Suplementar SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	Recurso do crédito adicional:		500
05.003 12.361.0003.2021 3.1.91.13.00.00 1770 00000	DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO, MERENDA I PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR OBRIGAÇÕES PATRONAIS RECUEDO Ordinários (Livres)		Acriscimo Resbertura por Suplementação	600
Crédito adicional:	SECRETARIA DE SAUDE	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações Acriscimo	8.519
05.002 10.301.0004.1028 4.4.90.52.00.00 2240 00000	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS - S EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Recursos Ordinários (Livres)		Resbertura por Suplementação	2316
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:		
06.002 10.301.0004.1028 4.4.90.52.00.00	SECRETARIA DE SAUDE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERIAMENTE Receitas de alenação de Ativos da Saúdelindentas		Acréscimo Reabertura por Suplementação Superávit Financeiro Vinculado	10.000
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:		
06.002 10.301.0004.1028 4.4.90.52.00.00	SECRETARIA DE SAUDE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS - S EQUIPAMENTOS E MATERIA PERMANENTE		Acréscimo Resbertura por Suplementação Excesso de Amecadação - Real - Vinculado	34.481
Z250 00304 Crédito adicional:	Recetas de allenação de Ativos da Saúde/Indeniza Suplementar	ção de Sinistros Recurso do crédito adicional:	Excesso de Amecadação	

	Município d	le Foz do Jordão - 2	019	
W Company	Relatório de alteração or			
	Relatorio de alteração or	çamentaria por iuncioi	iai programauca	
1				Pági
	SECRETARIA DE SAUDE		Acrescimo	3.895,
06.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE I AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS - S		Resbertura por Suplementação Superávil Elizanceiro Vinculario	
	I AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS - : D EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	SAUDE	Superávit Financeiro Vinculado	
2270 00495	Atenção Básica			
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:		
	SECRETARIA DE SAUDE		Acréscimo Resbertura por Suplementação	33.002,
10.301.0004.1028	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS -	SAÚDE	Superavit Financeiro Vinculado	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE			
	Vigilância em Saúde			
Crédito adicional:	Suplementar SECRETARIA DE SALIDE	Recurso do crédito adicional:	Superávit Financeiro Arcelerimo	650
	SECRETARIA DE SAUDE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Acrescimo Resbertura por Suplementação	650,
10.301.0004.2033	PAS-FIXO		Superávit Financeiro Vinculado	
	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA I			
2020 00494 Crédito adicional:	 Bioco de Custeio das Ações e Serviços Públicos di Suplementar 	e Saude Recurso do crédito adicional:	Superalvit Financeiro	
	SECRETARIA DE SAUDE		Acriscino	2.240
06.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Reabertura por Suplementação	-240,
10.301.0004.2033	PAS-FIXO OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA .	unireca	Superavit Financeiro Vinculado	
	i DUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA . I Bloco de Custelo das Ações e Serviços Públicos d			
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:	Superávit Financeiro	
	SECRETARIA DE SAUDE		Anulação	8.519,
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Reabertura por Suplementação	
	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL			
	Recursos Ordinários (Livres)			
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:		
	SECRETARIA DE SAUDE		Acréscimo Resbertura por Suplementação	5.000,
10.301.0004.2030	ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODON	ITOLOGICA	Remanejamento	
3 3 90 30 00 00	MATERIAL DE CONSUMO FOutros Royaltes e Compensações Financeisas e F			
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:	Assistants de Partentos	
	SECRETARIA DE SALIDE		Anderim	5.000
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Resbertura por Suplementação	
	ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODON MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇ			
2870 0030	i Saide - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	AD GRAIDIIA		
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
	SECRETARIA DE SAUDE		Acréscimo	30.000,
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE I ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODON	TO OCICA	Resbertura por Suplementação	
3.3.90.39.00.00	I ATIVIDADES DA ASSISTENCIA MEDICA E ODON I OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA .	JURÍDICA		
2920 00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:		
	SECRETARIA DE SAUDE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Anulação Resbertura por Suplementação	5.000,
10.301.0004.2030	ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODON		Reabertura por Suplementação Remanejamento	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO I	E COMUNICAÇÃO - PESSOA		
	Outros Royalties e Compensações Financeiras e F			
Crédito adicional:	Remanejamento SECRETARIA DE SAUDE	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações Anulação	5,000
06.002	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Anulação Reabertura por Suplementação	5.000,
10.301.0004.2030	ATIVIDADES DA ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODON	ITOLOGICA		
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES I Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Crédito adicional:		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
00	SECRETARIA DE SAUDE		Anulação	30.000,
	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		Reabertura por Suplementação	
	PROGRAMAS DA ASSISTÊNCIA FARMAÇÊUTICA MATERIAL BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUIO			
10.303.0004.2034				
10.303.0004.2034	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
10.303.0004.2034		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	

W 10	Relatóri	o de alteração on	çamentária po	r funcion	nal programática	
						Pági
02	SECRETABIA DE ASSIS	CERNICIA SOCIAL			Acatacimo	5.400
	FUNDO MUNICIPAL DE				Resbertura por Suplementação	
		GRAMA DE CONVIVÊNCI	A E FORTALECIMEN	TO DE	Superávit Financeiro Livre	
	MATERIAL DE CONSUN INCENTIVO A PESSOA					
Crédito adicional:		DUSA			Superay It Financeiro	
		S E SERVICOS URBANOS		salciona:	Anderdo	41.615
	GAMINETE DO SECRET		•		Resbertura por Suplementação	41.010,
15.122.0002.2052	MANUTENÇÃO DO GABI	INETE DO SECRETÁRIO I	DE OBRAS E SERVIÇ	OS.		
		AGENS FIXAS - PESSOAL	CIVIL			
	Recursos Ordinários (Liv	res)				
Crédito adicional:				adicional:	Anulação de Dotações	
		S E SERVIÇOS URBANOS			Acrescimo	11.615,
	DEPARTAMENTO DE SE INVESTIMENTO EM OBF				Resbertura por Suplementação	
	OBRAS E INSTALAÇÕES					
4160 00000	Recursos Ordinários (Liv	res)				
Crédito adicional:	Suplementar		Recurso do crédito	adicional:	Anulação de Dotações	
09	SECRETARIA DE AGRIC	CULTURA, ABASTECIMEN	TO E MEIO AMBIENT		Acréscimo	3.000,
		RICULTURA E PECUÁRI			Resbertura por Suplementação	
		MENTOS E VEICULOS - A	GRICULTURA			
	EQUIPAMENTOS E MATI Recursos Ordinários (Liv					
Crédito adicional:		rea)			Anulação de Dotações	
		DULTURA ABASTECIMEN			Aminima	88.052
		CULTURA, ABASTECIMEN GRICULTURA E PECUÁRI			Acrescimo Respertura por Suplementação	88.062,
		MENTOS E VEICULOS - A			Excesso de Amecadação - Real - Vinculado	0
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MAT	ERIAL PERMANENTE				
	EQUIPAMENTOS AGRIC	COLAS				
Crédito adicional:					Excesso de Amecadação	
		CULTURA, ABASTECIMEN			Anulação	3.000,
		GRICULTURA E PECUÁRI GRICULTURA E PECUÁR			Resbertura por Suplementação	
		TERCEIROS - PESSOA F				
	Recursos Ordinários (L)v					
Crédito adicional:	Suplementar		Recurso do crédito	adicional:	Anulação de Dotações	
99	ENCARGOS ESPECIAIS				Amiscino	10,000
99.999	ENCARGOS ESPECIAIS				Resbertura por Suplementação	
	ENCARGOS ESPECIAIS					
	JUROS SOBRE A DÍVID Recursos Ordinários (L)v	A POR CONTRATO C/RP	PS			
Crédito adicional:		res)			Anulação de Dotações	
	ENCARGOS ESPECIAIS		NACO SO OF CHAIR	Judicional.	Arabarima	20,000
	ENCARGOS ESPECIAIS ENCARGOS ESPECIAIS				Acrescimo Respertura por Suplementação	20.000,
	ENCARGOS ESPECIAIS					
3.3.91.97.00.00	APORTE PARA COBERT	TURA DO DÉFICIT ATUAR	IAL DO RPPS			
	Recursos Ordinários (Liv	res)				
Crédito adicional:	Suplementar		Recurso do crédito	adicional:	Anulação de Dotações	
Resumo acumulado		Recurso do crédito adi		Tipo de alt		Realizado
		Anulação de Dotações Anulação de Dotações		Acrescimo Arrescimo	15.435,91	0,00
Remanejamento		Anulação de Dotações Anulação de Dotações		Anulação	0,00	15.435,91
Remanejamento Remanejamento Remanejamento		Anulação de Dotações		Acrescimo	182,526,10	182,526,10
Remanejamento Remanejamento Suplementar				Anulação	182,526,10	182,526,10
Remanejamento Remanejamento Suplementar Suplementar		Anulação de Dotações				
Remanejamento Remanejamento Suplementar Suplementar Suplementar		Anulação de Dotações Excesso de Amecadação		Acrescimo	122.543,62	0,00
Remanejamento Remanejamento Suplementar Suplementar Suplementar Suplementar Suplementar		Anulação de Dotações Excesso de Amecadação Excesso de Amecadação Superávit Financeiro		Acrescimo Acrescimo Acrescimo	0,00 56.187,60	122.543,62
Remanejamento Remanejamento Suplementar Suplementar Suplementar Suplementar		Anulação de Dotações Excesso de Amecadação Excesso de Amecadação		Acrescimo Acrescimo	0,00	122.543,62

2	Municípi Relatório de alteração orç	o de Pinhão - 2019 amentária por funcion	al programática	
and the same				P
	reto nº 60/2019 de 10/04/2019	Escopo		N° .
Autorização: 1945 Lei		Lei Orçamentária An	ani - LOA Previato	2030 2 Reali
Crédito adicional	Recurso do crédito adicio Anulação de Dotações	nal	72 500 00	Reali 17.5
Suplementar	Anuação de Dotações Anuação de Dotações		32.500,00	17.50
Suplementar	Excesso de Amecadação		97.500.00	
Suplementar	Excesso de Amecadação		0,00	97.50
Despesa				
	CRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		Anulação	8.00
06.001 SE	RVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRI	TARIA	Abertura	
	rutenção das Atividades da Secretaria Municipal : TROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA F			
	ros Royaltes e Compensações Financeiras e Pa			
Crédito adicional: Su		Recurso do crédito adicional:		
		RECUrso do credito adiciona:		
	CRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES		Acréscimo Abertura	8.00
	RVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRI retrução, Manutenção, Reformas e ampliações n		Adentira	
	RAS E INSTALAÇÕES	on Employon Employor on		
	ros Royalties e Compensações Financeiras e Pa	drimoniais pilo Previdencidos		
Crédito adicional: Su		Recurso do crédito adicional:	Anvierdo de Dotentes	
	CRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E P		Acréscimo	15.00
	RVICO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRI		Abertura	
	satenção e Conservação da Frota da Secretaria I		Transferência	
3.3.90.30.00.00 MA	TERIAL DE CONSUMO			
3160 00504 Out	ros Royalties e Compensações Financeiras e Pa	strimoniais não Previdenciárias		
Crédito adicional: Su	plementar	Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
08 SD	CRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E P	DOUÁRIA	Anulação	15.00
08.001 SE	RVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRI	TARIA	Abertura	
20.122.0019.2055 Mar	sutenção e Conservação da Frota da Secretaria I	Anicipal de Agricultura e	Transferência	
3.3.90.39.00.00 OU	TROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JI	JRIDICA		
	ros Royalties e Compensações Financeiras e Pa			
Crédito adicional: Su		Recurso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
	CRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PI		Acréscimo	97.50
	RVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRE	TARIA	Abertura	
	isição de Miquinas; Equipamentos e Velculos		Excesso de Amecadação - Real - V	finculado
	UIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE ENDA PARLAMIN. 3176008 CONV. AQUIS MÁQ			
Crédito adicional: Su		Recurso do crédito adicional:		
	CRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCI	AL	Acréscimo	9.50
	CRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL Verencias. Seminários e Encontros Terráficos		Abertura	
	TROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JI	minuca		
	cursos Ordinários (Llyres)	and the same of th		
Crédito adicional: Su		Recurso do crédito adicional:		
	CRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCI CRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	AL.	Anulação Abertura	9.50
	utencilo des Atividades da Secretaria Municipal i	de Assistancia Casial	Adentira	
	TERIAL DE CONSUMO	a Assessina John		
	cursos Cedinários (Livres)			
Crédito adicional: Su		Recurso do crédito adicional:	Anvierdo de Dotentes	
			,	
Resumo acumulado	Recurso do crédito adio	ional Tipo de alt	eração Previsto	Realizado
	Anulação de Dotações Anulação de Dotações	Acetecimo Anutecão	32.500,00 32.500,00	17.500,00
	Anuação de Dosações	Anuação Acetacimo	32.500,00	17.500,00
Suplementar Suplementar				
	Anulação de Dotações Anulação de Dotações	Anulacilio	0.00	15,000,00
Suplementar			97.500,00 97.500,00	15.000,00 0,00 97.500.00

	Relatório	de alteração orçame	ntária por funcion	al programática	
131					
Lei/Ato nº 2110 -	Decreto nº 77/2019 de	08/05/2019	Escopo		N°
Autorização: 1945			Lei Orçamentária Anu	ni - LOA	2030
Crédito adicional	Re	curso do crédito adicional	,	Previsto	R.
Transferência		ulação de Dotações		173.000,00	
Transferência	An	ulação de Dotações		0,00	17
Despess					
	SECRETARIA MUNICIPAL	. DE ADMINISTRAÇÃO AÇÃO GERAL DA SECRETARIA		Anulação Abertura	3
		mento das Atividades da Secreti		Poersura Transferância	
		ERCEIROS - PESSOA JURÍON			
410 00000	Recursos Ordinários (Livre	s)			
Crédito adicional:	Transferência	Recu	rso do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
95	SECRETARIA MUNICIPAL	DE EDUCAÇÃO E CULTURA		Acrescimo	3
	DEPARTAMENTO DE CUI			Abertura	
	Apoio e/ou Realizações de			Transferência	
	Recursos Cedinários (Livre	TERCEIROS - PESSOA JURÍON	CA		
Crédito adicional:			rao do crédito adicional:	Americania da Datambar	
		DE INFRA-ESTRUTURA E VIA		Anderimo	90
	DEPARTAMENTO DE SER		NGAO	Acrescimo Abertura	10
	Manutenção e Conservação			Transferência	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO				
3780 00504	Outros Royalties e Compe	nsações Financeiras e Patrimor	niais não Previdenciárias		
Crédito adicional:	Transferência	Recu	rao do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
		DE INFRA-ESTRUTURA E VIA	nção	Anulação	10
	DEPARTAMENTO DE SER			Abertura	
	Manutenção e Conservação	o da Frota TERCEIROS - PESSOA JURÍON		Transferência	
		nacces Financeiras e Patrimon			
Crédito adicional:	Transfedoris	Recu	rao do crédito adicional:	Amelec So de Doberões	
		DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		Aminomo	-
10.001	SECRETARIA DE ASSIST	ÉNCIA SOCIAL		Abertura	
		o de Velculos da Secretaria Mur	nicipal de Assiténcia Social	Transferência	
	MATERIAL DE CONSUMO				
	Recursos Ordinários (Livre				
Crédito adicional:			rso do crédito adicional:		
		DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		Anulação	4
	SECRETARIA DE ASSISTI	ENCIA SOCIAL. s da Secretaria Municipal de Asa	dataseria Social	Abertura Transferência	
	MATERIAL DE CONSUMO				
4090 00000	Recursos Ordinários (Livre	s)			
Crédito adicional:	Transferincia	Recu	rao do crédito adicional:	Anulação de Dotações	
10	SECRETARIA MUNICIPAL	DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		Acrescimo	2
	FUNDO MUNICIPAL DE A			Abertura	
	SCFV - Crianças e Adoles			Transferência	
	MATERIAL DE CONSUMO Recursos Ordinários (Livre				
			rao do crédito adicional:	Annianta da Datantas	
		Recu	THE OF CHAPTE SELECTIONS:	muse, eu un Liosações	
Crédito adicional:					
Crédito adicional: Resumo acumulado Transferioria		Recurso do crédito adicional Anulação de Dotações	Tipo de alte	ração Previs	



MUNICÍPIO DE PINHÃO ESTADO DO PARANÁ

RATIFICAÇÃO Processo de Dispensa de Licitação nº

029/2019
Parecer Jurídico N°143/2019- Waldir Figueiredo Reccanello OAB/PR n° 30.804

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SUBSTITUIÇÃO DE REDE ELÉTRICA DO GINÁSIO DE ESPORTES RUBENS SPENGLES – GINASIÃO Valor Total: R\$ 14.962,00 (Quatorze Mil Novecentos e Sessenta e Dois Reais) Em favor de: LOBO BRAVO SERVIÇOS EIRELI CNPJ: 13.983.510/0001-78 Fundamento Legal: Artigo 24, I e II da Lei 8.666/93.

Pinhão - PR, 10 de maio de 2019.

ODIR ANTONIO GOTARDO PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE PINHÃO ESTADO DO PARANÁ

RATIFICAÇÃO Processo de Dispensa de Licitação nº 030/2019

Parecer Jurídico N°144/2019– Waldir Figueiredo Reccanello OAB/PR nº 30.804

Reccanello OAB/PR nº 30.804

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA
ESPECIALIZADA PARA DUAS
APRESENTAÇÕES TEATRAIS DE
CONSCIENTIZAÇÃO E COMBATE A
EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E
ADOLESCENTES E CONSCIENTIZAÇÃO E
COMBATE AO TRABALHO INFANTIL.
RAFAEL OCHOA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS
CNPJ: 26.529.632/0001-30 DE

Valor Total: R\$ 17.600,00 (Dezessete Mil e Seiscentos Reais)
Fundamento Legal: Artigo 24, I e II da Lei

8.666/93.

Pinhão - PR, 10 de maio de 2019.

ODIR ANTONIO GOTARDO PREFEITO MUNICIPAL



		LAIRAIO DE FOR	TARIAS N.°003/2019
N.º	DATA	NOMES	ASSUNTO
184/2019	01/04/2019	Servidores Públicos Municipais (Período Aquisitivo) 430-1 Francisca de Jesus Mendes 07//05/2017 a 06/05/2018 3259-1 Berenice Ferreira 01/08/2017 a 31/07/2018 3641-1 Júlio Cesar Ianques 02/01/2017 a 01/01/2018	Concoder 30 (trinta) dias de férias, no período d 01/04/2019 a 30/04/2019. Concoder 15 (quinze) dias de férias, no período d 02/04/2019 a 16/04/2019. Concoder 15 (quinze) dias de férias, no período d 04/04/2019 a 18/04/2019.
185/2019	01/04/2019	Servidora Pública Municipal (Nivel/Classe - Promoção) 818-1 Maria Cristina Correa E10 - F07	Fica promovida, no quadro Próprio d Magistério, nos termos do art. 31 da t Municipal n.º 1718/12 e Tabela Salarial d Quadro do Magistério, em virtude da conclusa do curso de Pós-Graduação "Lato Sensu" er Ensino Ládico - Faculdade São Bruz.
186/2019	02/04/2019	Servidora Pública Municipal Maria Machado	Retificar parcialmente a Portaria N.º 044/2019 cancelando, retroativo a Março de 2019, adicional de tempo de serviço concedido servidora Maria Machado, considerando Decreto N.º 097/91 e o Decreto N.º 120/96.
187/2019	03/04/2019	Servidor Público Municipal Jorge Maron	Conceder, ao Servider Público Municipo compante do cargo efetivo de Caurella, retorna ha stiridades a partir de 0404/2019, considerand que o mesmo encontrava-se em licença ser remuneração desde 15/18/2018, conforma Portaria nº 25/12/10 de 15/18/2018. Fica cancelado o adicional de periculosidade de 30% (printa por enos), do salatiro base, do referida servidor, concedido por meio da Portaria nº 33/4/2011, de 19/8/2011.
188/2019	03/04/2019	Servidora Pública Municipal Irene Gonçalves dos Anjos	Cancelar, a pedido, Licença Prêmio po Assiduidade de 03 (três) meses, no periodo d 12/02/2019 a 12/05/2019, concedida por meio d Portaria n.º 088/2019, de 12/02/2019.
189/2019	03/04/2019	Servidor Público Municipal Edoel Ribas	Conceder, retroativo a 01/04/2015 remanejamento de função ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo efetivo de Servent de Limpeza, de 90 (noventa) días, de 01 de Abri de 2019 a 29 de Junho de 2019, conforme dispõe- art. 25 e seguintes da Lei Municipal n.º 1480/2005
190/2019	03/04/2019	Servidora Pública Municipal Michele da Cruz Moreira	Conceder, retroativo a 07/03/2019, licenç tratamento de saúde a Servidora Públic Municipal, ocupante do cargo de Fonoaudiólogo de 30 (trinta) días, de 07 de Março de 2019 a 05 d Abril de 2019, conforme dispõe o Art. 110 seguintes da Lei Municipal nº 1450/2018

Município de Pinhão

			Conceder, retroativo a 30/03/2019, licenço
191/2019	03/04/2019	Servidor Público Municipal Clemerson Boeira da Rocha	tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo de Professor, de 31 (trinta) dias, de 30 de Março de 2019 a 28 de abri de 2019, conforme dispõe o Art. 111 e seguinte da Lei Municipal n.º 1718/2012.
192/2019	03/04/2019	Servidora Pública Municipal Ana Lurdes Charnoski B04 – C04	Conceder Promoção a Servidora Públic. Municipal, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, considerando a conclusão do cursa de Mestrado em Desenvolumento Comunitário Universidade Estadual do Centro-Oceste, nos termo do art. 20, inciso III da Lei Municipal n. 1451/2009 e anexo XIV - Quadro de Referência di Vencimentos.
193/2019	04/04/2019	Servidora Pública Municipal Marlene de Oliveira Machado	Conceder adicional de Insalubridade de 40% (quarenta por cento), do salário mínimo nacional à Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Saúde, lotad- na Secretaria Municipal de Saúde, com fulcro no LTCAT elaborado pela Polímed e Lei Municipa nº 1480/2009.
194/2019	05/04/2019	Servidor Público Municipal Sebastião Geraldo dos Santos	Transferir o Servidor Público Municipal, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro, para desempenhas suas funções junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Habitação.
		Servidores Públicos Municipais (Período Aquisitivo)	
		4108-1 Bruna Mariane de Ramos 15/02/2018 a 14/02/2019	Conceder, retroativo a 01/04/2019, 30 (trinta dias de férias, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019.
		1937-1 Rosiane Ida da Silva da Luz 05/02/2018 a 04/02/2019	Conceder, retroativo a 04/04/2019, 15 (quinze dias de férias, no período de 04/04/2019 a 18/04/2019.
195/2019	05/04/2019	3835-1 Edenise Schreder Machado 01/08/2018 a 31/07/2019	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 05/04/2019 a 04/05/2019.
		2678-1 Antonio Duarte 27/06/2017 a 26/06/2018 3809-1 Marilene Monteiro dos Santos 20/07/2017 a 19/07/2018	Conceder 30 (trinta) días de férias, no período di 15/04/2019 a 14/05/2019.
		2506-1 Jorge Edilson de Goes 08/02/2017 a 07/02/2018	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 02/05/2019 a 31/05/2019.
196/2019	09/04/2019	Servidora Pública Municipal Tatiane do Belém Freitas	Fica exclusivamente autorizada, a servidora pública municipal, a conduzir os veículos oficiais da frota municipal pertencentes à Secretaria Municipal de Assistència Social, conforme ortabolecido no Confinio IV. art. 12, 819

Município de Pinhão

			25/10/2018.
197/2019	09/04/2019	Servidora Pública Municipal Clarice Correa de Melo Caon	Designar, retroativo a 02/04/2019, a Servi Pública Municipal ocupante do cargo efetiv Enfermeira, a desempenhar suas atividades j ao Departamento de Vigilância Sanitária Secretaria Municipal de Saúde.
		Servidores Públicos Municipais (Cargo)	
198/2019	09/04/2019	605-1 Jorge Luiz Maciel Auxiliar Administrativo	Designar, os Servidores Públicos Municipa atuarem no Departamento de Vigilância Sani da Secretaria Municipal de Saúde.
		3798-1 Oaleson Rodrigo da Silva Técnico de Enfermagem	
199/2019	10/04/2019	Servidor Público Municipal Rubiano Francisco Levinski	Conceder, retroativo a 06/04/2019, Lic Paternidade ao Servidor Público Muni ocupante do cargo efetivo de Operador Ecoló- de 05 (cinco) dias consecutivos, de 06/04/20 10/04/2019, conforme a Lei Municipal 1.450/2009.
200/2019	11/04/2019	Servidora Pública Municipal Anadir de Jesus dos Santos Bueno	Conceder, retroativo a 03/04/2019, lic tratamento de saúde a Servidora Pú Municipal, ocupante do cargo de Aur Administrativo, de 15 (quinze) dias, de ox Abril de 2019 a 17 de Abril de 2019, con dispõe o Art. 110 e seguintes da Lei Municipi 1450/2009.
201/2019	11/04/2019	Servidora Pública Municipal Glaci Calixto	Conceder, retroativo a 25/03/2019, lic tratamento de saúde a Servidora Pú Municipal ocupante do cargo de Servent Limpeza, de 12 (doze) días, de 25 de Març 2019 a 05 de Abril de 2019, conforme dispõe o 110 e seguintes da Lei Municipal n.º 1450/200
		Servidores Públicos Municipais (Período Aquisitivo)	
202/2019	12/04/2019	4007-1 Ionara Maria de Oliveira da Cruz 05/09/2018 a 04/09/2019	Conceder 30 (trinta) días de férias, no períod 15/04/2019 a 14/05/2019
		2715-1 Suzana Aparecida Gonçalves Ramos 13/07/2017 a 12/07/2018	
203/2019	15/04/2019	Servidor Público Municipal Silvio Cesar Caldas	Conceder, retroativo a 10/04/2019, licençe virtude de falocimento de pessoa da familia Servidor Público Municipal ocupante do c efetivo de Pedreiro, de 08 (otto) dias consecut de 10/04/2019 a 17/04/2019, conforme prevê d 133, III da Lei Municipal n.º 1450/2009.
204/2019	15/04/2019	Servidor Público Municipal Jean Henrique Costa Dellé Oliveira	Transferir o Servidor Público Municipal, ocup do Cargo em Comissão de Assessor de Gabin CC-06, para desempenhar suas funções jur Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuár

/ENIDA TRIFON HANYSZ, 220 - CENTRO - TEL.: (42) 3677-2699 - PINHÃO - PARANÁ



		Servidores Públicos Municipais	
		GABINETE MUNICIPAL	
		- Vilma Aparecida Ferreira	
		- Sergio Poiski da Luz	
		SECRETARIA MUNICIPAL DE	
		AGRICULTURA E PECUÁRIA	
		- Jean Henrique Costa Dellé Oliveira	
		- Simone Marques Teixeira	
		SECRETARIA MUNICIPAL DE	
		- Cirene Aparecida Gonçalves	
		- Lováine Caldas Levinske	Nomear os Servidores Públicos Municipais, para
			comporem a Comissão de Recebimento de Mercadorias
			e Serviços.
		- Solange Pletsch	
/2019 1	16/04/2019	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES	Ficam nomeados para responder juntamente com a
		- Ivana Mara de Oliveira	Comissão ora designada, os Secretários Municipais
		- Robson do Bonfim Ribas	responsáveis pelas respectivas secretarias.
		SECRETARIA MUNICIPAL DE SINANCAS	
		- Saulo Antonio Mendes	
		SECRETARIA MUNICIPAL DE	
		- Cleusa Prestes de Obverra - Marcelo Tomacheski	
		- Marcuo Iomacnesia	
		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
		- Ana Jara Silva	
		- Arioto José Nunes Machado	
		- Arioto José Nunes Machado - Carine Maria Cavalli	
		- Arioto José Nunes Machado - Carine Maria Cavalli - Elaine Stutz	
		- Arioto José Nunes Machado - Carine Maria Cavalli - Elaine Stutz - Ildo Iwasenko	
		- Arioto José Nunes Machado - Carine Maria Cavalli - Elaine Stutz	
		- Arioto José Nanes Machado - Carine Maria Cavalli - Elaime Stutz - Ildo Povasenko - Kalime Cristina Pasqualotto Balkau - Kamilla Komar - Luciana Yumi Inoue	
		- Arioto José Nunes Machado - Carine Maria Cavalli - Elaine Stutz - Ildo Iwasenko - Kalime Cristina Pasqualotto Balkau - Kamilla Komar	
		- Arioto José Nanes Machado - Carine Maria Cavalli - Elaime Stutz - Ildo Povasenko - Kalime Cristina Pasqualotto Balkau - Kamilla Komar - Luciana Yumi Inoue	
	2019	14/04/2029 14/04/2029	AGRICULTURA E FECURIAL - John Berospic Code Med Chronic SIGHET AREA MUNICIPAL DE ASSISTINA DE CALL - Samon Marques Teineire SIGHET AREA MUNICIPAL DE SIGHET AREA MUNICIPAL DE FUNCAÇÃO E CULTURA - Bruna Clovica Bide - Indian Clovica Bide - Leidiac Caldina Leinnida - Samon Marques Teineire 1. evideo Caldina Leinnida - Samon Marques Teineire - Samon Marques Teineire - Leidiac Caldina Leinnida - Samon Sight Bide - Samon Marques Teineire - Samon Namon Care - Samon Namo

Município de Pinhão

206/2019	16/04/2019	Servidor Público Municipal Edoel Ribas	Conceder, retroativo a 04/04/2019, licença tratamento de saúde ao Servidor Público Municipal, ocupante do cargo de Servente de Limpeza, de 30 (trinta) días, de 04 de Abril de 2019 a 03 de Maio de 2019, conforme dispõe o Art. 110 e seguintes da Lei Municipal n.º 1450/2009.
207/2019	16/04/2019	Servidora Pública Municipal Vanessa Schmitt	Conceder, retroativo a 04/04/2019, licença tratamento de saúde a Servidora Pública Municipal ocupante do cargo de Contadora, de 30 (trinta) dias, de 04 de Abril de 2019 a 03 de Maio de 2019, conforme dispõe o Art. 110 e seguintes da Lei Municipal n.º 1450/2009.
208/2019	16/04/2019	Servidora Pública Municipal Clarice Correa de Melo Caon	Renovar, conforme laudo de pericia medica, a redução da jornada de trabalho por 6 (esis) meses, da Servidora Publica Municipal ocupante do cappo efetivo de Enfermenta, lodan as Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser renovada, successivamente, por jusajas periodos, observando sempre o procedimento de que tratam os artigos 42-A e 42-B da Lei Municipal n° 1944/2016, de 30/05/2016, sem portura a dependência.
		Servidores Públicos Municipais (Período Aquisitivo)	
		1128-1 Renato Frank 20/03/2018 a 19/03/2019	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 16/04/2019 a 15/05/2019.
		3640-1 Josias Antonio Zanardini 02/01/2018 a 01/01/2019	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 17/04/2019 a 16/05/2019.
		2626-1 Deberson Reni Sanches 19/03/2017 a 18/03/2018 2355-1 Elcio Rodrigo da Silva 19/07/2017 a 18/07/2018	Conceder 15 (quinze) días de férias, no período de 02/05/2019 a 16/05/2019.
209/2019	16/04/2019	2717-1 Adriane Liber Boeira 13/07/2017 a 12/07/2018	Conceder 20 (vinte) dias de férias, no período de 02/05/2019 a 21/05/2019.
		2832-1 José Marildo Kluguer 11/01/2018 a 10/01/2019	Conceder 24 (vinte e quatro) dias de férias, no período de 02/05/2019 a 25/05/2019.
		3427-1 José Francisco Bernardino 10/01/2018 a 09/01/2019 2549-1 Pedro Lucas dos Santos 14/04/2018 a 13/04/2019	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período de 02/05/2019 a 31/05/2019.
		2626-1 Deberson Reni Sanches 19/03/2018 a 18/03/2019	Conceder 15 (quinze) dias de férias, no período de 17/05/2019 a 31/05/2019.
210/2019	22/04/2019	Servidora Pública Municipal Mirian Kostiuk de Santana	Pública Municipal, admitida em 05/04/2017, ocupante do Cargo em Comissão de Assessor de Gabinete - CC06, Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias, de 15/04/2019 a 12/08/2019,

Município de Pinhão

			conforme art. 392 da Lei Federal n.º 5.452 d 01/05/1943 CLT.
		Servidores Públicos Municipais (Período Aquisitivo)	
211/2019	24/04/2019	2682-1 Emanoel Castro da Cruz 27/06/2017 a 26/06/2018	Conceder, retroativo a 22/04/2019, 30 (trint dias de férias, no período de 22/04/2019 21/05/2019.
211/2019	24/04/2019	4027-1 Tatiana Franciele Santana 05/09/2018 a 04/09/2019	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período o 25/04/2019 a 24/05/2019:
		3721-1 Cristiane Maria Macedo da Silva 12/04/2018 a 11/04/2019	Conceder 30 (trinta) dias de férias, no período d 02/05/2019 a 31/05/2019:
212/2019	24/04/2019	Servidora Pública Municipal Cargo 2501-1 Clarice Correa de Melo Caon Enfermeira	Designar, a Servidora Pública Municipal, a atua no Departamento de Vigilância Sanităria d Secretaria Municipal de Saúde.
213/2019	24/03/2019	Servidor Público Municipal Rodrigo Dellê Lima	Conceder, a pedido, Licença para Esereer Carg. Eletivo, ao Servidor Público Municipal, ocupan do cargo efetivo de Operador de Computador, c 10 (dez) días, de 24/04/2019 a 03/08/201 conforme dispõe o art. 131, 8º da Let Municip n.º 1450/2009, com opão pela remuneração d Cargo Eletivo de Agente Político.
214/2019	25/04/2019	Servidora Pública Municipal Eligiane Aparecida de Oliveira Gomes	Conceder, retroativo a 15/04/2019, licença e virtude de falecimento de pessoa da família Servidora Pública Municipal, ocupante do cargefetivo de Servente de Limpeza, de 08 (otto) disconsecutivos, de 15/04/2019 a 22/04/201 conforme prevê o art. 133, III da Lei Municipal n 1450/2009.
		Servidora Pública Municipal	
215/2019	25/04/2019	2279-1 MARINA DE LIMA B02-B03	Conceder, retroativo a Abril de 2017, a Servidos Pública Municipal ocupante do cargo defeivo c Cosrinheira, admitida em 66 de Abril de 201 adicional de tempo de serviço de 2% (dois pecento) em conformidade com o art. 86 da L. Municipal n.º 1459/2009, de 10/06/200 e o as 28 H. da Lei Municipal n.º 1459/2009, e 10/06/2009, referente às avaliações dos anos c 2015 a 2017.
		2279-1 MARINA DE LIMA B03-B04	Conceder, a Servidora Pública Municip ocupante do cargo efetivo de Cozinheir admitida em 06 de Abril de 2010, adicional c tempo de serviço de 2% (dois por cento) el conformidado com o art. 86 da Lei Municipal 1450/2009, de 18/06/2009 e o art. 20, II da L Municipal nº 1451/2009, de 18/06/2009

Município de Pinhão

		Servidores Públicos Municipais	
216/2019	25/04/2019	3047-1 Eligiane Aparecida de Oliveira C01-C02 3049-1 Marinalva de Camargo	Conceder, retroativo a Janeiro, aos Servidore Públicos Municipais, adicional de tempo di serviço de 2% (dois por cento), em conformidadi com o art. 86 da Lei Municipal n.º 1480/2009, di 18/06/2009 e o art. 20, II da Lei Municipal n.
		B01-B02	1451/2009, de 18/06/2009.
		Servidores Públicos Municipais	
		143-1 Aracira de Gois Santos A12-A13	
		1919-1 Iara Aparecida de Oliveira B03-B04	Conceder, retroativo a Fevereiro, aos Servidores Públicos Municipais, adicional de tempo de serviço de 2% (dois por cento), em conformidade
217/2019	25/04/2019	2163-1 Linei de Fatima Soares C02-C03	com o art. 86 da Lei Municipal n.º 1450/2009, de 18/06/2009 e o art. 20, II da Lei Municipal n.º
		1920-1 Marcia Ferreira Nogueira B03-B04	1451/2009, de 18/06/2009.
		2139-1 Ricardo Correa de Almeida B03-B04	
		Servidores Públicos Municipais	
	25/04/2019	2631-1 Adriana Macedo C02-C03	
		2630-1 Derli Gonçalves de Andrade Oliveira C02-C03	
		2626-1 Deberson Reni Sanches C02-C03	
		451-1 Glorinha Aparecida Pereira Machado C09-C10	Conceder, retroativo a Março, aos Servidores
218/2019		2245-1 Janaina Duarte da Silva D03-D04	Públicos Municipais, adicional de tempo de serviço de 2% (dois por cento), em conformidade com o art. 86 da Lei Municipal n.º 1450/2009, de
		2223-1 Jolly Danubia de Oliveira Dellë B03-B04	18/06/2009 e o art. 20, II da Lei Municipal n.º 1451/2009, de 18/06/2009:
		733-1 Lizete Aparecida Zaluski B12-B13	
		2226-1 Maria Lucia Alves Ortiz C03-C04	
		2219-1 Mariliz Aparecida Mendes C03-C04	
		1331-1 Zenilda Aparecida Tussolini Cass A09-A10	

		CNPJ (MF) 76.178.011/0001-28	4.0										
		Servidores Públicos Municipais											
		08-1 Adão da Luz dos Santos C09-C10											
		2278-1 Adriane Aparecida de Ramos C03-C04											
		2289-1 Alexandro Iensen D03-D04											
		2280-1 Eliane Aparecida Camargo D03-D04											
		2283-1 Eliane Fatima Goes C03-C04											
		390-1 Eronilda Ferreira da Silva A12-A13											
		2285-1 Gerson Jose Ribeiro A03-A04											
	219/2019 25/04/2019	9/2019 25/04/2019	25/04/2019	/2019 25/04/2019	2291-1 João Luiz Soares A02-A03								
					019 25/04/2019	25/04/2019	25/04/2019	2019 25/04/2019	25/04/2019	25/04/2019	25/04/2019	2282-1 Jociele de Ramos Bueno C03-C04	Conceder, aos Servidores Públicos Municipa adicional de tempo de serviço de 2% (dois p
219/2019												25/04/2019	605-1 Jorge Luiz Maciel B09-B10
				2288-1 Karina Maria Navarro Cibotto B03-B04	18/06/2009:								
					959-1 Nailor Boeira de Oliveira C12-C13								
				982-1 Neoraci Tadeu Cordeiro Bueno D09-D10									
		1049-1 Oclair Jose Kluger D09-D10											
								1202-1 Sebastião Ortiz Torres A12-A13					
		1252-1 Solange de Fatima Druchak C08-C09											
		2290-1 Tiago de Oliveira C03-C04											
		2653-1 Waldir Figueiredo Reccanello B02-B03											

Municy	pio de Pinhe ESTADO DO PARANÁ CNPJ (MP 76.178.011/0001-28	ão 📋

		Servidores Públicos Municipais	I
		Período Aquisitivo - Secretaria	
		353-1 Elizabethe dos Santos Silveira 21/05/1991 a 20/05/1996 - Educação	
		1043-1 Noeli Tussolini Bielak 15/03/1996 a 14/03/2001 - Educação	
		271-1 Denilda Aparecida de Lima 21/05/1996 a 20/05/2001 - Educação	
		589-1 Joarez Gonçalves Duarte 21/05/1996 a 20/05/2001 - Meio Ambiente	
		139-1 Antonio Sergio Liss 21/05/1996 a 20/05/2001 - Educação	
		868-1 Maria Lucia Quintiliano 21/05/1996 a 20/05/2001 - Educação	
		916-1 Marinilda Silveira Martins 02/10/2000 a 01/10/2005 - Educação	
		0931-1 Marlene de Oliveira Machado 24/10/2000 a 23/10/2005 - Saúde	
	26/04/2019	982-1 Neoraci Tadeu C. Bueno 08/04/2001 a 07/04/2006 - Finanças	Conceder Licença Prêmio por Assiduidade de (três) meses, no período de 02/05/2019 31/07/2019, aos Servidores Públicos Municipo
220/2019		1244-1 Siroley Ferreira Machado 21/05/2001 a 20/05/2006 - Finanças	conforme dispõe o art. 102 da Lei Municipal 1.450/2009, art. 130 da Lei Municipal
		1944-1 Erasmo Paulo C. Paganini 05/02/2010 a 04/02/2015 - Saúde	1718/2012 e em consonância com o Decreto 139/2018, de 29/05/2018, que estabelece critérios para concessão de licença prêmio:
		468-1 Ilda Terezinha Zaluski 21/05/2006 a 20/05/2011 - Educação	
		2226-1 Maria Lucia Alves Ortiz 10/03/2010 a 09/03/2015 - Assistência	
		2228-1 Tadeu Francisco T. Gawron 17/03/2010 a 16/03/2015 - Procuradoria	
		2236-1 Romilda de F.* Westemberg 17/03/2010 a 16/03/2015 - Educação	
		2390-1 Celia Aparecida Szumilo 10/08/2010 a 09/08/2015 - Educação	
		2625-1 Edonei de Oliveira Borges 19/03/2012 a 18/03/2017 - Infraestrutura	
		2628-1 Emerson Ferreira Kitcki 19/03/2012 a 18/03/2017 - Agricultura	
		2637-1 Jaqueli Weber 19/03/2012 a 18/03/2017 - Educação	
		2692-1 Lucimara dos Santos	

221/2019	26/04/2019	Servidora Pública Municipal Tatiani Novach	Cancelar o adicional de insalubridade de 20% (vinte por cento), do salário mínimo nacional, da Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo de Servente de Limpeza, concedido pela Portaria n.º 088/2011, de 10/03/2011.
222/2019	30/04/2019	Servidores Públicos Municipais Período Aquisitivo 2182-1 Felipe José Dellé 05/02/2018 a 04/02/2019 2336-1 Tatiane de Lima Chagas 28/05/2016 a 27/05/2017	Conceder 11 (onze) dias de férias, no período di 30/04/2019 a 10/05/2019. Conceder 15 (quinze) dias de férias, no período di 20/05/2019 a 03/06/2019.
223/2019	30/04/2019	Servidor Público Municipal Edonei de Oliveira Borges	Cancelar, 06 (seis) días do período de gozo d férias, do Servidor Público Municipal, concedid por meio da Portaria n.º 167/2019, de 21/03/2019 sendo de 02/05/2019 a 07/05/2019.
224/2019	30/04/2019	Servidora Pública Municipal Adriane Liber Boeira	Retificar, o período de gozo de férias da Servidor Pública Municipal, concedida por meio d Portaria n.º 209/2019, de 16/04/2019, passando ser o período de gozo de 15/05/2019 a 03/06/2019.
225/2019	30/04/2019	Servidora Pública Municipal Arlete de Fátima Soares	Conceder Licença sem Remuneração a Servidor Pública Municipal, ocupante do cargo efetivo d Servente de Limpeza, de 02 (dois) anos, d 02/03/2019 a 30/04/2021, conforme dispõe o ari 107 da Lei Municipal n° 1450/2009.
226/2019	30/04/2019	Servidora Pública Municipal Iliana de Fátima Spengler Szumilo	Conceder, à Servidora Pública Municipa coupante do cargo efetivo de Professora, admitid en 22/08/1995, licença prêmio por assiduidad de 12 (doco) meses, referente ao períod aquisitivo de 22/05/1995 a 21/08/2015, sendo d 02/08/2019 a 01/08/2020, nos termos do art. 6º d EC 41/03, com posterior aposentadoria a parti de 02/08/2019.
227/2019	30/04/2019	Servidora Pública Municipal Ilda Terezinha Zaluski	Cancelar, a pedido, Licença Prêmio po Assiduidade da Servidora Pública Municipa concedida pela Portaria n.º 220/2019, d

Município de Pinhão





AQUISIÇÃO DE 42 PROJETORES DE ILUMINAÇÃO LED, PARA SUBSTITUIÇÃO DAS LUZES DO GINÁSIO DE ESPORTE RUBENS SPENGLER, DO MUNICÍPIO DE PINHÃO - PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM EDITAL.

SESSÃO PÚBLICA 12/03/2019 ás 09:00 (nove) horas

VENCEDOR: LCA – COMERCIAL & SISTEMATIZAÇÃO EIRELI CNPJ: 29.495.115/0001-86

VALOR TOTAL: R\$ 17.747,58 (dezessete mil, setecentos e quarenta e sete mil e cinquenta e oito centavos).

Pinhão, 09 de maio de 2019.

ODIR ANTONIO GOTARDO PREFEITO MUNICIPAL



MUNICÍPIO DE PINHÃO ESTADO DO PARANÁ

AQUISIÇÃO DE ADUBO NPK 8-20-20, ADUBO ORGÂNICO, URÉIA E CALCÁRIO CALCÍTICO E DOLOMÍTICO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO NÚCLEO DE POVOS FAXINALENSES, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM EDITAL.

SESSÃO PÚBLICA 26/04/2019 ás 09:00 (nove) horas

VENCEDORES: ABIMAEL KAIEBY NUNES ME CNPJ: 27.549.191/0001-00

LPF COMÉRCIO DE SEMENTES EIRELI EPP CNPJ: 10.257.026/0001-73

KRAFF INSUMOS AGRICOLAS EIRELI CNPJ: 27.561.897/0001-89

Pinhão, 09 de maio de 2019.

ODIR ANTONIO GOTARDO PREFEITO MUNICIPAL



AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO (PRESENCIAL) N.º 019/2019

AQUISIÇÃO DE TONERS 217 17A COMPATÍVEL OU ORIGINAL PARA IMPRESSORAS DA SECRETARIA DE SAÚDE DE PINHÃO-PR, CONFORME ESPECIFICAÇÕES EM EDITAL.

SESSÃO PÚBLICA 08/05/2019 ás 09:00 (nove) horas

VENCEDOR: WP DO BRASIL LTDA EPP CNPJ: 04.483.808/0001-28

VALOR TOTAL: R\$ 5.800.00 (cinco mil e oitocentos reais)

Pinhão, 09 de maio de 2019.

ODIR ANTONIO GOTARDO PREFEITO MUNICIPAL



PREFEITURA MUNICIPAL
Espigão Alto J. -Espigão Alto do Iguaçu

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2019
Edital de Isenção Concurso n.º 009/2019

INSC.	CARGO	NOME	RG
67281	ASSISTENTE SOCIAL	ANA CLEIA TREVISANI	87737101
67212	ASSISTENTE SOCIAL	DAIANY CRISTINA MOREIRA	100911337
67144	ASSISTENTE SOCIAL	DEBORAH DAIANY DOURADO	94502616
66776	ASSISTENTE SOCIAL	GESSICA PATRICIA DE SIQUEIRA	13.520.018-2
67605	ASSISTENTE SOCIAL	HEVELYN ROBERTA ROCHI	104223460
67622	ASSISTENTE SOCIAL	MAGALI VIVIANE CAMARGO	130297331
67272	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	KASSIANY CARVALHO GUTERVIL	130286879
67007	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	MARIA NATÁLIA SILVA DE BORBA	13.055.016-9
67135	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	NEBERSON DE SOUZA ANTUNES DE LIMA	125099696
67057	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	VANESSA MARIA STASCZEVSKI	10.946.406-6
67260	PROFESSOR(A)	ADRIANA PATRICIA FERREIRA DA SILVA	127804591
67237	PROFESSOR(A)	ADRIANO DIAS DOS SANTOS	107920404
67134	PROFESSOR(A)	GIELE DUARTE	109553379
67161	PROFESSOR(A)	KAROLINE CARVALHO DA SILVA JASINSKI	14299947-1
67042	PROFESSOR(A)	LETÍCIA BOLZAN DE SOUZA	107428607
67179	PROFESSOR(A)	NEUSA DE FÁTIMA GONÇALVES VEIGA DOS SANTOS VARELA	8.355.370-7
67187	PROFESSOR(A)	ROBERTO GONCALVES FERREIRA	94276764

SOLICITAÇÕES INDEFERIDAS:

INSC.	CARGO	NOME	RG
66974	ASSISTENTE SOCIAL	CLEONICE APARECIDA FORTES	77205900
67019	ASSISTENTE SOCIAL	JOANA HERMÍNIA MARINHO DE MELLO	83759798
67159	ASSISTENTE SOCIAL	VALDECIR CIPRIANO DE PAULA	68024927
67204	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	AMAURI FER DE LIMA JUNIOR	13688590-

PREFEITURA MUNICIPAL PREFEITURA MUNICIPAL

Espigão Alto do Iguaçu

	And the state of t	dministração 2017 - 2020	
67053	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	BRUNO ALBERTINI TORRIANI	102271220
66746	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	CARLOS ALBERTO SILVA CABRAL	140144240
67210	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	JAIHARA DIAS DE LIMA	136887157
66912	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	RAFAEL DE LIMA	83079452
67033	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ADELCIO SANTOS LIMA	82964533
66993	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	ANDERSON MACHADO DALAMINA	8154900
67013	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	SALETE DA ROSA MACHADO	61760270
67205	PROFESSOR(A)	CARLOS EDUARDO RODRIGUES	976930
67587	PROFESSOR(A)	JANETE FATIMA MENÃO	87049850
67226	PROFESSOR(A)	LILIANE DE MORAIS	130548270
66745	PROFESSOR(A)	PRYCYLA PAOLA DE PAULA	98965653
67104	PROFESSOR(A)	SOLANGE AP DIAS DE CAMPOS	76042543
66764	PROFESSOR(A)	VANESSA DE MORAES	79771139
67024	ZELADORA	ANDRESSA DE MEIRA DE LIMA	147213204
66981	ZELADORA	ROSELI DIAS DE PAULA	100873770
67027	ZELADORA	SOLANGE APARECIDA ROSA	102182472





PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2019/PMEAI

Eu, HILÁRIO CZECHOWSKI, Prefeito Municipal de Espigão Alto do Iguaça, Estado do Parnaá, no uso de minhas atribuções legais, HOMOLOGO o resultado da Licitação na Modaldade Pregão Presencial nº 021/2019/PMEAI, o qual tem como objeto contratação de empresa para a prestação de serviços de horardaquian na realização de fornagem verde "silagem", incluindo o corte, pieagem, carregamento, transporte, compactação e vedação da silagem em local próprio na propriodade dos agricultores, localizadas na zona rural do Município de Espigão Alto do Iguaça — Estado do Parnañ e teve o seu objeto adjuícado à seguinte proponente. JUSLEI CHIOSSI. - ME, CNPJIME "72/663/629/0001-78 no Item 01, com o valor unitário de RS 9,000 (cinquenta reals) por horarináquima realizada, até o limite de 400 (quatrocentas) horarináquima o período de 12 (doze) meses, perfazendo o valor total global de RS 20,000,00 (vinte mil reals).

HILÁRIO CZECHOWSKI

Art. 1° - Fica aberto o Orçamento-Geral do Município para o exercício de 2019, Crédito Adicional Suplementar e Especial no valor de RS 2.850.221.02 (dois milhões oliocentos e cinquenta mil duzentos e vinte e um reais e dois centavos), conforme específicado a seguir:

1.001	Diretoria Geral
.122.00032-004	Manutenção Departamento de Admi
19052 -	Equipamentos e Material Permanente
1/775	Transf Convênio 1050/2018 SEDU Ve
alor R\$	50.000,00 (excesso)
19052 -	Equipamentos e Material Permanente
1/501	Receita Alienação de Ativos Livres
alor RS	22.337,69 (superávit)
5.000	Secretaria de Educação
5.001	Educação – Imp e Transf Const. Ens
2.361.00052-010	Ensino Fundamental – Adm Geral



Equipamentos e Material Perm Transf Aquisicao Equipamentos 48.186,04 (superávit)

Educação Infantil Pre Escola Material de Consumo MDE 5% 20.000,00 (anulação) Educação Infantil Pre-Escola Obrigações Patronais Fundeb 60% 13.000 (anulação) Obrigações Patronais Fundeb 40% 7.000,00 (anulação)



8.000,00

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ

Rua das Camelias, 900 - Centro. CEP 85.345-000

CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

Manutenção da Farmácia Material de Consumo Farmácia Paraná 7.160,96 Equipamento e Material Per Farmácia Paraná 13.359,48 (Superávit)

Programa Saúde da Família Material de Consumo Nasf Estadual 41.488,67 (superávit)

339039 0/1/321 Valor R\$

Secretaria de Desenvolvimento Social
Ennda Municipal de Assistencia Social
MUNICIPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camelias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

319113	Obrigações Patronais
0/1/715	Piso Paranaense
Valor R\$	20.000,00 (superávit)
339030	Material de Consumo
0/1/940	Bolsa Familia
Valor RS	6.805,83
0/1/936	Gestão do Suas
Valor RS	3.675.52
0/1/715	Piso Paranaense
Valor RS	10.000.00
0/1/769	SCFV – Estadual
Valor RS	6.894,55 (superávit)
0/1/769	SCFV - Enge Proteção de Fonte
Valor R\$	80.742,00 (excesso)
339039	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
0/1/934	Proteção Social Basica
Valor RS	24.175.34
0/1/715	Piso Paranaense
Valor RS	10.000,00
449052	Equipamento e Material Permanente
0/1/940	Bolsa Familia



MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO

ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

CONTA	DESCRIÇÃO	FTE	VALOR	
.3.2.1.00.1.1.25	00.00.00.00 Rend Fte 135	135	15,93	
.7.1.8.08.1.1.01.	00.00.00.00 Transf Emenda Parlamentar	494	170.000,00	
.7.2.8.01.1.1.00.	00.00.00.00 Icms	000	1.450.000,00	
.7.2.8.10.9.1.12.	00.00.00.00 Transf Conv SEDU Veic Adm 1050/18	775	50.000,00	
.7.2.8.10.9.1.04.	00.00.00.00 Transf Conv Fia Veiculo	757	70.000,00	
.7.2.8.10.9.1.10.	00.00.00.00 Transf Conv Minicarregadeira	773	120.000,00	
7.40.00 1.1.01	00.00.00.00 Transf Convenio Enga	760	90.742.00	

	*	
FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
501	Alienação	32.337,69
140	Apoio Financeiro	15.060,78
135	FNDE – Par Escola	12.520,49
105	Alienação Educação	4.000,00
138	Aquisição Equipamento	48.186,04
324	Apsus Estado	151.984,60
494	Bloco Custeio	82.538,80
309	Alienação Saude	41.400,00
518	Bloco Investimento	4.099,87
336	Equip Odontologicos	25.214,12
331	Apsus	8.000,00
337	Transp Sanitario	34.254,08
328	Moveis Estado	28.991,78
326	Equipamento Saude	39.340,46
330	Apsus Estado Micro	63.622,57



acia Parana 20.520,44

MUNICÍPIO DE PORTO BARREIRO
ESTADO DO PARANÁ
Rua das Camélias, 900 - Centro. CEP 85.345-000
CNPJ 01.591.618/0001-36 - Fone/Fax (042) 3661-1010

325 327 321 715 936 940 769 934

Art. 3°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Prefeita Municipal de Porto Barreiro, Estado do Paraná, em 08 de maio de 2019.

Marinez Baldin auth Marinez Baldin Crotti













SÚMULA: Aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Cantagalo - PR e dá outras providências.





O jornal da Cantu www.jcorreiodopovo.com.br

Art. 1º O Coroelho Municipal de Saúde de Camagalo, é órgão de instância colegiada e deliberario a e de natureos permanente, criado pela Lei Municipal n 349/98 de 20 de fevereiro de 1998; em conformidade com as disposições estabelecidos nas Leis Federario de 78 de 1800, de 19 de sournibre de 1990; de "\$1.442, de 28 de degembro de 1990.

Art. 2º O Conscilto Municipal de Saúde, tem por finalidade atuas na formulação e controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive nos aspectos económicos e financierios, nas estratgias e na promeção do processo de Controle Social em toda a sua amplitude, no ámbito dos setores público e privado.

II — Atuer na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Municipal de Saide, inclusive nos seus aspectos econômicos e financeiros, e nas estratégias para sua aplicação aos socrees público e privado;

som optische ober seiner pfeldere gerinden.

III – Standerer der denne seiner seiner denne sich oberspiele de Planse de Stale der Konste Leise der der Kon



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CANTAGALO - PR

VII – Fiscalizar a aplicação dos recursos financeiros do SUS, no âmbito municipal e de Fundo Municipal de Saúde, oriendos das transferências do orçamento da Unido e do Seguridade Social, do Estado e 15% do orçamento municipal, em decorrência do que disobre o artino 30. VII da Constituído Federal e a Errendo Constituícion el 70.02000; VIII – Criar, coordenar e supervisionar Comissões Intersetorials e outras que julgar necessárias, inclusive Grupos de Trabalho, integradas pelas sucretarias e órgâos competentes e por emidades representativas da sociedade civil;

apreciana-o-a per umente: XI — Estabelecer diretrizes quanto à localização e o tipo de unidade prestadora d serviços de saúde pública e privada, no âmbito do SUS;

XIV – Aprovar a organização e as normas de funcionamemo das Conferências Municipais de Suiste, reunidas ordinariamente, a cada 4 (quatro) artos, e comocel·las, extraoedinariamente, na forma prevista pelo partigrafo 1 e 5 do Art. 1º da Lei nº VALSONAMENTE. XV — Incrementar e aperfeiçour o relacionamento sistemático com os poderes constinuidos, Ministério Público, Cimuen de Vereadores e mídia, bem como com setores notacuma ante necesarrandos no Cansalha.

XVI – Articular-se com outros conselhos actoriais com o propisito de ecoperação múnso e de estabelecimento de estranégias comuns para o fondecimento do sistema de participação e Controle Sociale.

XVII – Acomparhar o processo de desenvolvimento e incorporação científica e tecnológica na área de saúde, visando à observação de padrões éticos compotiveis com o desenvolvimento sócio eufurad do município;



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CANTAGALO - PR

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

MESA DIRETORA;
 COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO;
 PLENÁRIO.

Parigrafi Unico: As emidades representadas na seguinte composição: - 25% (vime e cinco) formada por gos constitutad - 25% (vime e cinco) formada por prestador de serviços - 50% (cinquema) formada por usuatios.

Art. 6º A Mesa Diretora será composta por um Presidente, Vice-Presidente Secretário e Vice-Secretário, com mandato de 04 (quanro) anos. Estes são escolhidos pe elejção na primeira regulida o edifiairáa do Conselho Municipal de Saúdo. Parigrafo Único: Em caso de substituição, ou por outros metivos, o novo membro da Diretoria deverá ser aclamado ou eleito pelos Corselheiros na 1º reunido ordinária ou extensibilidad.

extraontaria.

Art. 7º O Presidente, e na sua modercia o vice-presidente, terá as seguintes authorições:

1- Conduir a Remitio Plentinis.

1- Conduir a Remitio Plentinis.

Necleo constato do Preside, na Remitio Plentinis.

Ble Securitaria para a feito de divolugação pública as Remitigões. Recomendações e Medico constato do Preside, nas Remitios por ele presididas.

III - Instatur as consisteira Gongo de Trabulho;

IV - Outras de sua competicitai;

Art. 8" O Presidente do Conselho Municipal de Saúde, será direito operase zo voto nomiral e, a perrogativa de deliberar em casos de extrema urgência "ad referendam" do Pfesideio, submetendo o seu ato à ratificação deste na remido subsoquente.

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CANTAGALO - PR

CONSELLIO MUNICIPAL, DE SAÚDEZ - CANTAGALO - PR
MINÍSTER.

10 SERVICIO MUNICIPAL, DE SAÚDEZ - CANTAGALO - PR
MINÍSTER.

10 SERVICIO MUNICIPAL DE LOS ACUESTOS - reconsolario en empleo de
10 SERVICIO MUNICIPAL DE LOS ACUESTOS - reconsolarios consolarios
10 SERVICIO MUNICIPAL DE LOS ACUESTOS - reconsolarios consolarios
10 SERVICIO MUNICIPAL DE LOS ACUESTOS - reconsolarios consolarios
10 SERVICIO MUNICIPAL DE LOS ACUESTOS - reconsolarios consolarios
10 SERVICIO MUNICIPAL DE LOS ACUESTOS - reconsolarios
10 SERVICIO MUNICIPAL DE LOS ACUESTOS - reconsolari

cello Municipal de Saide do uno anterior, no primeiro quadramestre de en-componir e aglifiera es publicações das Recondeções do Plenário; convocar ao Rourildos do Conselho Municipal de Saide e de suas Comissões de Trabellos, de acordio com os critirãos definidos acest Regimento; exercer corans arribuições que lhe segiam delegadas pelo Presidente do Consell al de Saide acuto como pelo Plenário;



Parigrafo Único: Em função das suas finalidades as Comissões e Grupos de Trabalho tem como clientala exclusiva o Plenário do Conselho municipal de Saúde que lhes encomenta objetivos, planos de instalho e produtos e que poderá delegar-lhes a ficuldade para trabulhar cem custro solidades.

An.13° As Comissões e Gropos de Trabalho de que este Regimento será condissida pela Conselho Municipal de Saida, conforme recomendado a seguir.

b) Gropo de Trabalho, al éCicioso internibos ediriros por conformador designado por Comissões e Gropos de Trabalho serão dirigidos por um Condenador designado por Harafrio de Comelho Municipal de Saida, que conclusar so subalho, con portarior de Comelho Municipal de Saida, que conclusar so subalho, con portarior de Comelho Municipal de Saida, que conclusar so subalho, con portarior de Comelho Municipal de Saida, que conclusar so subalho, con portarior de Comelho Municipal de Saida, que conclusar so subalho, con portarior de Comelho Municipal de Saida, que conclusar so subalho, con portarior de Comelho Municipal de Saida, que son portarior de Comelho Municipal de Saida, que portarior de Comelho Municipal de

8.3º Sezá substituido o membro da Comissão ou Grupo de Trabalho que fañar, sem justificarios appereronada and 48 horas após a resniños, a duas resniños consecutivas ou queros insocratadas no prelado nesta producto. A Secretaria Executiva comunicaria ao Conselho Municipio de Saldo nero arenvistracia. Art. 14º A constituição e funcionamento de cada Comissão e Grupo de Trabalho serão estabelecisios em Resolução específica e deverão esta embassados na explicitação de suas finalidades, objetivos, produtos, prazos e demais aspectos que identifiquem charamente a sua natureza.



Art.17º O Plessério de Censelho Municipal de Saúde é o főrum de daliberação plesa e cosclosiva (máxima), configurado por Reuniões Ordinários e Extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste Regimento. Art.18" A composição do printer see de acros com a la insuscipal vige grazariora a principação de mateira e derais seguimento da accidada. Art.18" A composição do mateira o derais seguimento da accidada. Art.18" a representação do adoptivo e emidado inclui un tindar e um supteme Art.18" a representação dos adoptivos e emidados inclui un tindar e um supteme Pratgardo Drisco: Canada de decisiões a partir de voto dos Cosselhelinos, tinda supletad devon enter em comentos a generar artir misto, votos polições devon enter em comentos a generar artir misto, votos propuedades de composições de compo

§1º Será dispensado, automaticamente, o conselheiro que, deixar de comparecer a (trich) reunidos consecutivas ou a (fueix) alternadas no periodo de um ano civil, ndo-noderdo sor reconducido ao cuape;

\$2" A parda do mondato será declarada pelo Plenário do Conselho Municipal de Soide, por decisdo da maioria simples dos seus membros, para que entilo sejam tromados so providências necessários à sua substituição na forma da legislação vigente; 5.2º As justificativas de muências deverão ser apresentadas através de decumento escrito no Presidente ou Secretário do Conselho Municipal de Suíde mê 48 horas úteis após a reunião.

reunino e o mesmo osobistisio.

An 21° Si su arrivajdes das Censelheiros:

1 – Zelar pelor plero e total desenvolvimento das arrivajdes do Censelho Mur

Sinicial:

Arriva e tratam non pratora pre-estabelecidos, materias que lhes forem dispolorado suler-se de unecessoramento telescio e administrativo;

II – Apreciar e deliberar sobre maderias subrenidas ao Conselho para vosações.



IX — Commune realizar o partit duplo do Conscibeiro — de representação dos interesses específicos do será segar o oxísti ou governamenta e de formulação e dibiberação colvirios no óxigo colegiado, e de posicioramento a favor dos interesses da população usuária do Sintera Unico de Saíde.

CAPITULO IV

DO FUNCIONABENTO

An.32º O Consello Maniglei de Nade remois-cel, endirariamenta, uma vez a
mile se, extraordinariamenta, por conveneção de seu Presidente ou em decerribeia de
requerimento da manigla albeida de seus membras.

The contraction of the contracti

§2º Para apresentação do seu informe cada conselheiro inserito disposá 5 minutos improrrugitiveis. Em caso de polêmica ou necessidade de deliberação, o assunto deverá passar a constar da ordem do dia ou ser pautado para a précima, sempre a critério do Plenária.

Factarios.
§2º A definição da ordem do día, partirá da relação dos temas básicos aprovada assulmente pelo Plenária, dos pendatos das comissões, das indicações dos conselheiros ne final de cada Reunião nordinária. 1

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - CANTAGALO - PR

Cabe à Secretaria Executiva a preparação de cada tema da passa da ordem do dia, com documentos e informações diaponíveis, inclusive destaques nos pontos recemendados para deliberação, a serem distribuídos pelo mentos uma sentana antes da resultão, com o mento com conferencia por coldeis do atenção ado conference ser astandardo de conferencia que conferencia con conferencia.

Art.24° Ax deliberações do Conselho Municipal de Suide, observado o quêrum.
Art.24° Ax deliberações colo compre homologistos pelo Perício Municipal.
As <u>Beerdedes</u> serbo compre homologistos pelo Perício Municipal.
B<u>econstrutadors, no</u> best resur ou assuanto ospecífico que ado de a <u>balabitamiente</u> de sun recommedicidade direita más e relevante e os necessário, dirigidos a nor no processorio de quanto de quanto que a porte de construir estador escuidad no provincia de quanto que a plazo de Conselho, sobre fanos ou alumçãos, com a propion de la maisfeatar reconhectemente, podo, critica os especiales,

§2º As resoluções do conselho Municipal de Suide serão homologadas pelo Prefeito Municipal o publicadas em Jonal de Circulação no Municipio, no prazo máximo de trima dias, gaios soa aprovação pelo Plendrío; §.?º Na hipónese de não homologação pelo Prefeito Municipal, a matéria decesiá resornar ao Conselho Municipal de Sádde na reunião seguinte, acompanhada de juntificativa e novamente escaminhado ao prefeito Municipal para homologação e posteriormente publicado est Jornal de Circulação no Municipálo; 64º A não homologação, nem manifestação pelo Perfeito Municipal em trinta dias após o recebimento da decida, domandará adicitação de audiência especial do Perfeito. Produção a Mesta Direcer multicar a resolução em todos os sem termos, sem prejuito de subação armos do Ministeiro Principa.

Art. 25° As reunides do Conselho municipal de Saúde, observad to, terito as sessimtes rotinas para ordenamento de seus trabalhos: As mandrias разнаdas, пров о ргосезко de exame preparatório serão apresentadas preferencialmente por eserãos, destacando-se os pomos essenciais, seguindo-se n discussãos e quando for o case, n detibermento; Ax votações devem ser apuradas pela contagam de votos a favor, contra e dereções, insolitate manifostação expressa de cada conselheiro, ficando excluida a atibilidade de vetação secreta;



III – A recentagem dos votos deve ser realizada quando o Presidente da necessária ou cuendo solicitada nor um ou mais conselheiros.

Art. 20"A remarks the Plenders produce are garrelate data attenderen constant data attenderen co

§1º O toce integral das matérias tratadas nas reuniões do Conselho estarão disponíveis na secretaria em livro na e quando possível em arquivo digital.
§2º As cenendas e correções á na serão entregues pelo Conselheiro (secretária) and e diarios da rounión nas a norreidas. Ari. 27º O plenário do Conselho Municipal de Suíde pode fazer-se representar-perante instâncias e fórsus da sociedade e do governo através de um ou mais-conselheiros designados pelo Plenário com delegação específica.

Art. 28º O Conselho Municipal de Suíde poderá organizar mesas redondas, oficinas de trabalho e outros eventos que congreguem áreas do conhecimemo e tecnologia, visuado subsidiar o exercício das suas competências, tendo como relator um ou mais Conselheiros por ele designato(s).

Art. 29º Os casos omissos e as dávidas surgido na apticação do pres culmento laterno serão dirimidas pelo Pienário do Conselho Municipal de Sorido. Art. 30° As Comissões e os Grupos de trabalho podedo convidar qualquer pessoa ou representante de órgão municipal, empresa privada, sindicato ou entidade civil, para comparecer às Rosniões e prestar esclarecimentos desde que aprovado pelo Plonério.

e recumi.

Art. 31º O pesseme Regimento Interno entracá em vigor na data da sua publicação, só podendo ser modificado por quoleum qualificado de 2/3 (dois terços) de seas Membros.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CANTAGALO - PR An. 32º O presente Regimento Interno será tratificado pelo Prefeito Municipal, attrin és de Deverto.

Art. 33º As eventuais divergências ou conflitos com atas infra legais em vigor na data da aprovação deste regimento, terão sua validade condicionada às respectivas alterações nos atos, devendo sua viabilização ser da competência do Presidente do Conselho Maniferial de Sação.





CNPJ 78.279.981/0001-45 Ruo Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Art. 1º - Esta lei dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e as normas geralis para sua adequada aplicação.

Art. 3º - A política Municipal de Atendimento à criança e o adolescente estruturar-se-à através das seguintes ações e programas de prevenção, protoção e socioeducativas, deptre autors.

 I – Políticas sociais básicas educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o deservolvimento físico, mental e social da critança e do adolescente, em condições de liberciacio e clignidado; II - Políticas e programas de assistência social a familia, em caráter suptetiv para aquelas que dela necessitem, visando apoio à Criança e ao adolescente;

III - Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicológico às vírimas de negligência, maus-tratos, discriminação, exploração, abuso, crueldade e opressão; IV - Subvenção e prestação de apoio técnico as entidades públicas e particulares atuantes no setor; V - Proteção jurídico-eocial aos que deta necessitarem, propiciada pelo funicípio, por meio de entidades de defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VI - Serviços de identificação e local adolescentes desaparecidos:

XII – Auxilio e tratamento para crianças, adolescentes e saus país cu nesíveis, usuários de álcoci ou substâncias entorpecentes;

Art. 4º - É vedada a criação de programas de caráter compensatório da ausência ou insuficiência das políticas sociais básicas do município sem a prévia deliberação do Consetho Municipal dos Direitos da Criança e Adotescente -CDMCRIA.

§ 1º - O disposto neste artigo não impede o recebimento de dospões de cas físicas ou jurídicas peias entidades de atendimento, sendo vedada a gação de planos de arrecadação sem prévia consulta ao Conselho Municipal dos tos da Crianza e Adolescente - COMCRIA. § 2º - O programa de atendimento de entidade pública ou particular pode ser revisto mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – COMCRIA.

Art. 5º - Fica criado o Conseiho Municipal dos Direitos da Criança e Adolesciente do Municipio de Cantagalio — COMCRIA, como órgão deliberativo e controlador das políticas de atendimento e serviços relativos às crianças e aos adolescentes residentes no municipio de Cantacasio.

<u>Publicação oficial</u>

§ 1º - O Consetho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, órgão autônomo e independente é administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social. § 2º - Na hipótese de criação de uma Secretaria Municipal específica voltada para área de infância e juvenhude, esse será o órgão so qual o CMDCA será vinculado, sendo-lhe apliciavets todas as normas, estabelecidas na presente Lei,

§ 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Ado Cantagalo poderá também ser conhecido pela sigla COMCRIA.

Art. 6" - O Conselho Municipal Extreme da Clisnopa e do Adolescente à formado per 12 (dose) membros de notós lidenciados, com atuação no Municipio, sendo composto, particulamentes, por:

1 - 00 (seign membros da Administração Municipal indicados pelo Prefeto Municipio, constituindo-se do:

II – 06 (sels) membros representantes de organizações da sociedade civil, legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos 01 (um) ano e que incluam entre seus fins institucionais, ainda que não exclusivamente, ações votadas à defesea do direito de crianças e apólescentos. Parágrafo Único - A firm de assegurar continuamente nos trabalhos do Conselho Municipal dos Direttos da Criança e do Adolescente, para cada membro, deverá ser indicado um suplente à vaga específica. Art. 7º - A função dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é considerada de interesse público relevante e não será remunerado.

Art. 8º - As organizações da sociedade olvi, interesacias em participar do COMCRIA, convocadas por Edicia publicado na imprensa, habitar-se-de no prazo do 30 trinta) das contados da data da publicação do edital, parante o próprio Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adelescente, comprovando documentámente suas atividades há pelo menos O1 (um) ano, bem como indicando o seu

§ 1º - A seleção das organizações representativas da sociedade civil, interessadas em integrar o COMCRIA, far-se-á mediante eleição em Assembleia, realizada entre as mobiles entritores ha site de realizada entre as mobiles entritores ha site de realizada entre as mobiles. resuszaria entre as proprias enrolacios nastratacias.

§ 2º - O Connetho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente encaminará ao Preteto, no prazo de 05 (cinco) dias, contados dio data da elsteja de cerci trata o partiguido primerio, a reliquido das entredesce eletidas para integrar o cerci trata de contra en reliquido de entre encaminario de contra encaminario de contra encaminario de 10 (des) dias, tomando posse no cargo no dia seguinte ao tiermino do mandado de seus antercessorio.

DO MANDATO DOS CONSELLERIDOS

ARI, 9º - Os Conselheiros governamentais serão inclasados e nomeados pelo
Proteilo Manicipal e tento mandato por pasa indeterminado.

Parágrafo (Jodes - Os representantes do Proteir Escución serão sempre indicados define aqueles com poder de decisão no ámbito de sua competinida.

Ari. 10º - Os conselheiros não governamentais serão indicados pelas em mandato de 2 anos. Art. 11º - A indicação dos Conselheiros ou suplentes não constitui direito pessoal do indicado de permanecer no COMCRIA, podendo o mesmo ser substituído a qualquer tempo a critério da entidade ou do degão público que o tive indicado.

Parágrafo Único - A substituição dos conselheiros não governo obedecerá a forma estabelecida no regimento interno da entidade respectiva.

Art. 12° - São impedidos de servir no Conselho Municipal dos Direitos da Criarque a do Adolescente, ao memmo tempo, marido e mulher, ascendente o descendente, social de companya de companya de consendente de currinte o curriado, se do actrinhola), padrasto, madrasta e emissaciós.

Art. 12º - O mandato dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será considerado extinto antes do término, nos seguintes cisios:

 I - Morte;
 II - Renúncia Expressa;
 III - Per presunção de renúncia, o consetheiro que faltar a 3 (tri
II - Por presunção de renúncia, o consetheiro que faltar a 3 (tri
II - Procedimento incompatible com a dignidade das funções;
V - Condienação définitiva por crime comum ou de responsabilidade
V - Condienação definitiva por crime comum ou de responsabilidade
V - Modianção de resiblêmica do Município. Parágrato Único - Na hipóteso dos incisos III a VI, a distituição do Conselhero será procedir por procedimento asteninistrativo instaurado persente o organ municipal administrativamente instructado as Conselho Municipal ded Direttos as Criança e do Adolescente, garantindo-se ao conselheiro acusado o diretto à ampla defesa.

Art. 15 - A vacância do cargo será, em qualquer hipótese declarada pel

Art. 16 - Incumbe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a coordenação das ações governamentais e não governamentais de Atendmento à criança e ao adolescente, desenvolvidas no Municipio de Cantagalo. Parlagrado (Johne o D. Costenho desta Lei.

Parlagrado (Johne o D. Costenho Manicipal dos Directos de Circang e do Addissocrate poderal establisheer comodicas ou programas com cureos consensos de directos para o deserviolentario es sua acidem.

Art. 17 - O. Cossessin Municipal dos Directos da Circango e do Addissocrato trasta com porteción as giónes presidente el sociolos para o deserviolenta de como porteción de sociolos para o deserviolente de sociolos de Circango e do Addissocrato trasta com porteción de sociolos para de recogniscion de sua porteción de sociolos porteciones de sociolos porteciones de sociolos porteciones de sociolos porteciones de componentes de sociolos porteciones de sociolos porteciones de sociolos porteciones de sociolos porteciones de componentes de sociolos porteciones de componentes de sociolos de componentes de componente

Art. 18 - Aos membros de Correlato encoprosidos las sias políticas.

Art. 18 - Aos membros de Correlato Autórigido des Direitos Colárega e do Adolescentos, representantes do poder público, incumbo a institurioristação as disclides de Conceste no Enterioris, representantes do poder público, incumbo a institurioristação as disclides de Conceste no Enterioristação de adolescente representados.

Art. 19 - Competir ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescentes en espode.

1 - Komular as políticas sociale básicas de aténdimento a criança e ao adelescentir.

II - identificar, compatibilizar e, quando necessário, criar e estabelecer programas, projetos e atividades no âmbito municipal, em tudo o que se refira ou possa afetar as condições de vida pesseal, familiar e comunifaria das orianças e dos iii - identificar áreas de atuação prioritária e formular projetos de ação integrada de atendimento e de serviços;

IV - coordenar a captação de recursos e desenvolver a mobilização da opinião pública no sertido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade, inclusive no tocante ao disposto no art. 260, da lei nº 8.083/90. V - estabelecer critérios, formas e meios de articulação e de verificação da eficácia das ações governamentais e não-governamentais de atendimento às crianças e ace adolescentes no manicípio:

VII - admitir aprovar e manter o registro das entidades governamentals e não governamentals de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma dos artigos 90 e 91 da tel nº 8.068/00, que mantenham programa de:

IX - estabelecer o percentual do fundo a ser aplicado para o incentivo ao accimimento sobre a forma de guarda, de criança ou adolescente, fixando, indusive os critérios de sus utilização;

XII - elaborar e reformar seu Regimento Interno;
XIII - encaminhar ao poder executivo, na época oportuna, as propostas
orçamentárias de OMICOA e o RMICOA;
XIV - Instaurar e conduzir o processo eleitoral para escriha dos membros co
concelho bullotir. XV - conhecer as denúncias de irregularidade nas entidades de atendimento feitas pero conselho tutelar, para efeto de cancelamento, suspensão ou manutenção de subvenção e registro;

XVI - Informar ao Conselho Tutelar, ao Ministério Público e aos órgãos municipais representados no COMCRIA sobre as politicas de atendimento às crianças e aos adolecentes e suas modificações; e aos appelecentes e suas mocinicalções;

XVIII - eleger, denêre os sous membros, o Presidente, o Vice-president
Tesoureiro e o Socretário do Conseño.

§ 1* - Para os fins dos incisos I, II e III deste artigo, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ouvrá previamente a Secretaria de Administração, Secretaria de Finanças e o Conselho Tubelar. § 2º - É vedada a doação de dinheiro e alimentos, à custs do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente, diretamente a pessoas, nas hipóteses previstas nos incisos VII, "a" e X deste artigo. § 3* - Todas as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente serão tomadas mediante o quórum mínimo de 3/4 (três quartos) de seus membros e registradas em livro próprio. Art. 20 - As entidades particulares, ainda que de dedicação lientada ou restrita, somente poderão funciorar no município depois de registracias no Conseiho Municipal perietros da Crisinça e do Adolescente, o qual comunicará ce registras efetuados encientificiará doplas dos respectivos alos constituídos e programas de atendimento ao

Parágrafo Único - O procedimento de registro das en endimento junto ao COMCRIA será simplificado.

Art. 21 - O Poder Público Municipal providenciará as condições materiais e os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Cuianca e do Adolescente. Art. 22 - As deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente perão tomadas em reunidos ordinárias pienárias, podendo ser convocada secesão nicentes entrendiaria anta nomada de decidos e emercenciais.

§ 1° · O regulamento interno do COMCRIA disportá a respeito da corivocação e da periodizada a reunidos, assegurada a realização de, no mínimo, uma reunido ordinária por quinzena.

Art. 23 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente E tará uma directria. Eleita pelo conselho dentre os próprios conselheiros para um mandato de um ano e será composta por:

I - Presidente, II - Vice-presidente, III - Secretário, IV - Tesoureiro.

Parágrafo Único - As atribuições e funcionamento da Diretoria serão definidas no Regimento interno do COMCRIA, devendo-se observar a puridade entre os seus representantes governamentais e não governamentais na sua composição. Art. 24 - Em comum acordo com a Administração Municipal será designado, quando necesaírio, um Secretário Executivo que procederá a todo o trabalho de secretaria do GOMGRIA.

Art. 25 - O Poder Público Municipal, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, propiciará o apolo necessário ao Conselho Municipal dos Direitos da Cinança e do Adelescente, abcando na lei organentária anual os recursos necesarios para o comprimento das finalidades a que reportia o Capitudo III deste Art. 26 - Os servidores públicos municipais que ficarem à disposição do COMCRIA, cumprirão o horário de trabalho estabelecido pela Administração Municipal

Art. 27 - Fica criado o Conseiho Tutelar de Cantagalo, órgão permanente e autónomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente e exerce sua competência na respectiva circumentale terrifontal. § 1º - O Conselho Tutelar é composto de cinco membros, com mitro) anos, permitida uma reoleição.

§ 2º - O Conseiho Tutelar é administrativamente vinculado à Secretaria Municipal de Assistância Social, sendo este órgão encarrogado de fornecer todo o auporte administrativo necessário ao seu regular fundo-amiento, inclusive quanto às

APL 28 - Os mémbros do Conselho Tustale serão escribridos em sufrigio companio Municipal dos Direitos da Criança e do Adresente de condetesado por uma Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adresente de condetesado por uma Conselho Especial, de composado partidas entre conselhoridos, que publicado dos entre referentes ao pieto, atroide de Carlo de Carlo Conselho, que publicado Conselho en ele-referentes ao pieto, atroide de Carlo Ca Art. 29 - O processo eleitoral para escelha dos m i fiscalizado pelo Ministério Público.

Art. 30 - A candidatura é individual e sem vinculação a partido política.

Art. 31 - Somente poderão concorner ao Conselho Tuleiar os caralherem, até a data da respectiva inscripto, se seguintes requisitos:

The Report House of Survey and Su Parágrafo Único - O membro do COMCRIA que pretenda concorrer eo Conselho Tutelar deverá pedir seu afastamento no ato de sua inscrição, sob pena de indetermento da mesma.

Art. 32 - O pedido de registro será formulado pelo candidato em requerimento assinado e protocolado junto ao Conselho Municipad dos Diráticos de Chianga e do Adolescento, devidamente instruido com todos os documentos necessários à comprovação dos requisidos estabelecidos no entigo anterior, sendo entálo autuados e envisados à Comissão Eleitoral, onde serão processados. Art. 33 - Terminado o prazo para inscrição, será publicado edital na imprensa local, informado o nome dos inscritos e estabelecendo o prazo de 10 dias, comados di Parágrafo Único - Recobidas as inscrições, a secretaria do COMCRIA as remeterá, via oficio protocolado, so representante do Ministério Público, para eventual impugnação, no prazo de 10 (dez) das do recebimento. Art. 34 - As impugnações deverão ser efetuadas por escrito, dirigidas à Comissão Eleitoral e instruida com as provas já existentes ou com a indicação de ceno as mesmas podesao ser comizias.

§ 19 - Os candidatos impugnados serão informados, pela mesma forma prevista no artigo 32, para em 5 (cinco) dias, contados da publicação, apresentar defesa.

§ 2º - Das demais decisões tomadas pela Comissão Eleitoral, durante todo o processo de eleição, calterá recurso ao Conselho Municipal dos Direitos da Griança e do Adokacente, no prazo de 5 (cinco) dias, a contar de data da publicação da decisão impugnada que decidirá a questão em igual prazo, em útima instância, dando publicidade à decisão.

Art. 36 - O precesso de escolha será iniciado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, mediante edital publicado na imprerara local e afluado em locala públicoa e visiveis, sela meses antes do término do mandato dos membros do conselho tutides.

Art. 37 - É vedada a propaganda nos velículos de comunicação social, admissõe-se somente a realização de debates e entrevistas, nos quais deverá ser garantida a participação de sócios os candidasos. Art. 38 - É probisis a propaganda por meio de anúmcios luminosos, faixas, carazares ou inscrições em qualquer local público ou particular, com exceção dos locais caracterista em gualdede de condições uniquials, garantica ou, utilização por todos ce candidatos em igualdede de condições propalas, garantica ou, utilização por todos Art. 39 - O candidato que, diretamente ou por meio de incerposta pessoa, desastender as protisojões estabelecidas nos artigos 36 e 37, seef notificado a forganização que que acertario a see a protisojões de concesso Biolocidos, onde receberá formatimente uma acertariola see da to particiado.

Pregiator como devertica por los principals.

Pregiator como conscionar que actual pregiator de conscionar de cons Art. 41 - Qualquer pessoa pode noticiar a incloservância das proibições referidas nos artigos anteriores, protocolando junto ao Conselho Municipal dos Civiellos da Criança e do Adolescente pesção escrita dirigida à Comissão Elistoral e instruida com as provins pla existentes ou com a indicaplo de encio as mesmas poderão sur com as provins provins provins. \$ 1° - A comissão ou membro designado procederá as diligências necessárias el exteremento de tato, no prazo máximo de 48 (quarenta e cito) horas, formatizará relatório circumstanciado da denáncia e consequente apuração, intimando-se o candidato acuesdo para oferegor intelesa ma misual enza. § 2º - Decorrido este prazo, os autos serão encaminhados ao Ministério Público para manifestisção, no prazo de 3 (três) dias, sendo evida submetidos à Corriusão Eleitoral para decidir sobre o mérito, em igual prazo, publicando-se a decida no imprensa local. oscissio na imprema insu.

§ 3º - Cesta decisão caberá recurso para o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adoisscents, no prazo de 3 (fresh das, contactos da dela da putilicação da decisão refereida no padagrafo anterior, que decidar o recurso em igual praiso elemento de conselho d

\$ 1° - O elettor poderá votar em 1 (um) direco candidato.

2° - Nes cotendo de victorio sendo titudo sistes com relação da nómas, compositorio poderá titudo de compositorio d Art. 44 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Mu ireitos da Criança o do Adolescente em cenjunto com o Ministério Público.

Art. 45 - Conduido o processo de escolha, o Conseiho Municipal des Direites de Conduido de Conseiho Municipal des Direites de celebrativo de conseina de la conseina del la conseina de la conseina del la con § 3º - Os membros escolhidos, titulares e suptentes, serão diplomados pelo COMOTIA, com registro em ate, e emilio nomeados pelo Profetto Municipal, semando poses no cargo de Conselherio no dia sequinte as térmo do mandato de asua anticiosación, oportunidad em que prestarão o compromisso de defender, ousepiral estadad de compromisso de compromi

Art. 46 - O exarcício da função de membro do Conselho Tuteiar constitui servop público relevante e estabelece presunção es desendade noral.

§ 11 - Não, se arbui aos conselheiros a condiçõe de funcionário ou servidor público municipal.

§ 27 - O cargo de Conselheiro Tuteiar é de dedicação exclusiva secendo hecompatheti com o exercício de qualquiror otata athificade ou horação pública ou privade.

Art. 47 - A empresa privada que tiver empregado seu eleito para o Conselho Tutelar e o Bierar para o exercicio da função com garantia de empreso, cargo o função, mantendo sua remuneração ou diferença entre asta a o subsidio do Conselho Tutelar, será agraciado pelo COMCRIA com objetom de refevantes serviços prestatoda a causa da Criança e do Adotescente, em cerimônia especialmente designada para cete fim. Art. 48 - Se o eleito para o Conselho Tutelar for servidor público municipal, poderá opter entre o aubsidio de Conselheiro ou o subsidio recebido em função do cargo ou emprego ocupado na administração Municipal, sando totalmente vedada a

Art. 49 - O Conselheiro Tutelar fará jus a percepção de subsidio mensal fixado em patamar correspondente a 45% daquele fixado para os membros do Poder Legislativo Manicipal, não podendo em nenhuma hipódese ser inferior a este. Paragrafo Unico - O subsidio fixado não gera relação de emprego com a nuncicipalidade.

Art. 50 - Aos Conselheiros será concedido o 13º salário, proporcional ac ampo de efetivo trabalho junto ao Conselho Tutelar. Art. 51 - Aos conselheiros serão concedidas licenças remuneradas de 30 (trins) dias por ano de efetivo trabalho, podendo estas ser desfrusidas em até 3 (très) períodos de identica duração.

Art. 52 - O Conselhoiro Tutelar tem direito à licença para tratamento de saúde, a licença-maternidade e licença-esternidade, nos termos dispostos na legislacijo que estabelece o regime juridido dos servideres públicos municipais. pleagaio que establesso o regime juntado dos servadores públici-Art. 63 - os recursos necessários à satisfação dos subei-ciseiro Tutelar deverão constar da lei orgamentária municipal.

CAPÍTULO IV

DAS ATRIBUIÇÕES E DO FUNCIONAMENTO

Art. 54 - Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições artigos 95 e 136 da Lei Federal nº 8089/90. Parágrafo Único - incumbe também ao Conselho Tutiriar receber petições, denúncias, reclamações, representações ou queixas do qualquer pessoa por desresperbo ace direitos assegurados às crianças e adoisscentes, dando-lhes o devido encaminhamento. Art. 55 - O Presidente e o Vice-presidente do Conselho, serão escolhidos pelos seus pares na primeira sessão do colegiado, para um mandato de 1 (um) ano, permitida uma reconduplos.

Art. 57 - O conselheiro atenderá informalmente as partes mantendo o registro das providências adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata apenas o essencial. Parágrafo Único - As decisões serão tomadas por maioria abeciuta de voto abendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 58 - O Conselho Tutelar funcionará em sede própria, localizada na Rua Gregório Schurmiak, S/N, Centro, neste município. Art. 59 - As attividades inerentes ao cargo de Conselheiro Tutetar serão realizadas, em regime regular, por todos os membros não licenciados, das 8hOtenin, às a 18hOtenin dos dias úteis. § 1º - O atendimento ao público e o exercício das demais atribuições inerentes ao cargo serán realizadas tamo na sede de Conselho como em qualquer local em que seja necessária a presença do Conselheiro Tudelar, como forma de assegurar o pleno e promo atendimento a bodos os defeitos garantidos ás cránços e adolescentes. § 2º - Pelo menos dois consolheiros estarão sempre presentes na sede do conselho Tutetar nos horários de funcionamento em regime regular (art. 59).

Art. 60 - Nos días e horários não comprendidos no portodo definido no artigo anterior, o atendimento e as demais atividades do conselho, em caráter de upência, secto detividade em Regime de Plantillo, por dois conselheiros. § 1º - O regime de plantão será implementado mediante a formação de uma escala de trabalho entre os membros não licenciados, ficadas no regime interno do conselho, devendo estabelecer as seguintes direttres. un sequente:

II - nos finais de semana o plantão tem início às 18 horas de sexta-feira o

III - cond Articular di photologi con miglio del 10 conse del primero del 201 que e
\$\$ ' on formaçõe del sense del relación por el consecuente del 201 que e
\$\$ ' on formaçõe del sense del relación que e
\$\$ ' on formaçõe del consecuente del 201 que e
\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on formaçõe del 201 que e

\$\$ ' on Art. 62 - O Conseiho Tuteler manterá uma Secretária destinada as suporte adeministrativo necessário ao seu funcionamento e contará com uma espire técnica, decembolimento dos trabalem habitatios que sustianto concentración no decembolimento dos trabalems. Parágrafo único - O Poder Executivo Municipal propisiará ao Censeño a condições de seu efisivo fundicimanento, provendo-o de Hacuseos Humanos equiplamentos e instalações faces.

Art. 63 - O Conseño Tutolar terá autónomia para requistar xenviras at

Art. 64 - O regulamento interno do Conselho Tutelar fivará as normas de seu namento, de conformidade com esta lei e demais legislações ingrentes à Art. 55 - Anualmente o Correirto Tutelar generatará relativo de suas alvidades ao Correirto Menicipal dos Direitos de Crianços a co-Adosciante a Elecutivo Municipal, accimpanhado de informeções referentes e situação das crianças e adolescences do Municipal, accimpanhado de informeções referentes e situação das crianças e adolescences do Municipal.

Art. 66 - Essendem-se aos membros do Conselho Tutalar os impadmentos previstos no artigo 12, bem como as demais normas da SEÇAO (II. Capillao III dos Tibulo III desta Lui, com a exclusióo diagonels leverta no artigo 16 e com a seguintos

seguinte reducido, para definido do disposito neste arrigo;

III - Penderá o masclato co consentiro que direy CI (tried) fallas continuas ou OS
(cidos) altras, insperiadas de estada de producido de 15 (costo) meses confirmes ou OS
(cidos) altras, insperiadas de estada de producido de 15 (costo) meses confirmes de
antirerenta asultacida por exorto, nos casos de abuso de suas tunções ou desidas
quantes a suas adhibuções. 5 4º - No caso de reitaração da conduta, após o recebimento de C3 (três) sanções de adverdência, o conselheiro será suspenso de suas funções, pelo prazo de 30 (trinta) dias. § 2º - A reiteração da conduta, após o recebimento da pena de suspensão disciplinar, será considerada prática incompatível com o exercício das funções de Conselheiro Turelar, obrigando a instauração de procedimento administrativo objetivando a destituição de Conselheiro do cargo. § 3º - Compete so titular da Secretaria Municipal de Assistância Social abertura de processo administrativo e a aplicação das respectivas sarroções, com referência às infrações de que trata este Capitulo. § 4* A delberação sobre a aplicação das penas dar-se-á após a instauração e desenvolvimento de procedimento administrativo próprio, no qual será assegurado ao Consethério acusado o direito à ampla defeas.

Art. 68 - O Conselho Tutelar, com a antecedência necessária e ouvida a Secretaria de Administração e Secretaria de Finanças, oncaminará ao Prefeto Municipal a proposta de inclusão da lel orçamentária, dos recursos para o funcionamento de Conselho.

Art. 69 - O Poder Executivo Municipal, através da Socretaria Municipal de Assistência Social, propiolará o apoio administrativo e os recursos necessários so funcionamento do Conselho Tutellar. Art. 76 - Incumbe ao Presidente e ao Tesoureiro do Conseiho Tutelar a gestão dos revorsos orgamentários e bens materials que lho foram destinados para a execução de seus serviços.

Art. 71 - O Conselho Tutelar deverá prestar contas ao Conselho Manicipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Executivo Municipal, bem como manter à disposição de qualquer interessado a escriburação contábil e respectivos documentos.

CAPÍTULO I DA CRIAÇÃO E A NATUREZA DO FUNDO

Art. 72 - Fice criado o Fundo Municipal dos Direitos da Orianqa e do Adolescente - FMDCA, como meio técnico de captagão e aplicação dos recursos destinados à execução da política de atendimento e programas de assistência à execução da política de atendimento e programas de assistência à destinado a metidoscente no municipios, acesundo as debiterancia do COMCRIA.

constituto de:

1 - desiguio consignada anualmente no organiento programa Municipal e verbas actionais que a lai distabelece no decurso de cada exercicio.

8 - deceder de pasessa fisicas ou pluridose,

8 - valores provenientes das multas previstas na Loi 8.089/00 e orfunda de infrações describa na misman Loi.

IV - doações, sucilios, contribuições, transferências de e nitoriacionais, governamentais e nito governamentais;

V - contribuições votuns^{6/60} VI - transferências de recursos financeiros do Fundo Nacior
Direitos da Crianga e do Adolescente,
VII - produto das aplicações financeiras dos recursos dispo
a locistado em vigor,

IX - recursos advindos de Corrvânios, Acordos e Contratos firmados entre o Município e instituições privadas, públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municípiais, para o repasse à Entidade executora de programas integrantes do Plano de Aplicação de Recursos do FMDCA. estadulais e municipaes, per la considera de Penurusa de Penurusa integrarete de Plumo de Aplicação de Recursos do Penurus.

X - Docações, auxilios, contribuições, legados.

X - productos auferdos pola venda de materiaria docidos ao dos Direitos de Circiança de Addiscerente,

XII - resultado de eventos promocionais de qualquer nature

Alls 1 - Contra recursing also provincian flor form destination.

Alls 2 - Constituem o attivo de Funda Municipal des Diresto da Changa e de Accessione.

1 - despondition monetain e baseou, oriundas das receitas especificas no arigos entenior.

18 - directo que provenira ferme a constituir.

19 - Inser anique a inclusió destinados à execução dos Programas e Proprior de Promotio A Promisión.

Paragrafo único - O Presidente e o Tescureiro ficam responsáveis pela prestação de corrias e apresentação de balanços, na forma estabelecida em regulamento interno su no Regimento do COMICITIA, respondendo solidariamente pelos prejuízos ou danos osusados ao FUNDO, nos casos de dici ou culps.

Art. 76 - Compete ao Presidente e ao Tescureiro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, retativamente à gestão do FUNOO, observados os padrões e normas estabelecidas na legislação pertinente: os padrões e normas estabelecidas na legisladão pertinente:

1. registro or recursos operamentaios podojos do município, a ela transferida
em beneficio das crianças e dos adolescentes pelo Estado e pela União;

1. registrar co recursos captados pelo Município através de conviênio ou por
disciplos ao FUNO. vuegoes de PUNDO;

8. manter o ocorrole escritural das aplicações financeiras levadas a efeito ao musicípio, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Crianga e do Adolhecenta,

"V. - administrar os recursos para os programas de atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo as resoluções do Conseiho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, segundo as resoluções do Conseiho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; V - liberar os recursos a serem aplicados em beneficio das erlanças e dos adolescentes, ordenando emporinos e pagamentos das despesas do PUNDO e assinando chequies, nos termos das resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Alpólescente.

Parágrafo Únice - Os recursos do FUNDO aerão aplicados e mantidos em estabelecimentos oficialis de crédito, salvo se provenientes de doações particulares sob condições diversas. National de la compansa del la compansa de la compansa del compansa del la compansa del la

§ 2º - As deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sobre as prestações de contas referidas no parágrafo anterior serão comunicadas ao Conselho Turleiar.

An EXECUÇÃO ORÇANISTRATA

Art. 71 - Servicina de Prança requestad so "indo or recursos a de distincido de al 6 decimio da to más subdeciçante, derir os desperificiador forman de la calcular del calcular de la calcular del calcular de la calcular del cal

Paraigrafo Único - Fica vedada a apricação dos recursos de FUNDO para pagamentos de atividades do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de Conselho Tutelar, conforme Art. 134 de Estatuto da Criança e do Adolescente. Art. 80 - A execução orgamentária da receita processar-se-4 através da obtenção de seu produto nas fontes determinadas nestal lei o será depositado e movimentado através da rede bancária oficial e/ou outra entidade financeira disponival

Art. 82 - Para a malização da primeira assembleia no entidados da accidados civil interessados em compro primeiro Coselho Municipal dos Direitos da Chiespa e do Adelescenta, as atribuições interestes ao próprio conseinho esrão operadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único - A partir de então o COMCRIA será composto na forma lecida no artigo 6º desta lei. Art. 84 - Na eleição para formar o primeiro Conselho Tutelar, o prazo para o ro das candidaturas será de 30 (trinta) días (Art. 35, § 1º).

Art. 88 - O Poder Executivo Municipal colocará à disposição do Conseiho Tutiniar, no prazo máximo de 30 (retal) dias ados a poses referdis no artigo anterior, um professional halistica na área de Astanáncia Social ou Psicología, destinado a compor a equipe tácnica referida no arrigo 82.9.

"I O professional contratado para integrar a equipe tácnica prestará serviços em carásto de exclusividade ao Conselho Tutatar.

Art. 87 - O Poder Executivo providenciará a divulgação desta Lei, através de exemplares a serem distribuídos para os órgãos governamentais e entidades envolvidas no atendimento à criança e ao addisesonte, estabelecimentos escolares renches órnãos de classes, clube de senvicos e aos demais interessados.

Art. 88 - Os Regimentos Internos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar serão aprovados pelo poder

Art. 89 - Enquanto não instalado o Conselho Tutelar, as atribuições a ele conferidas serão exercidas pela autoridade judiciária.

Art. 91 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogando as Lei Municipais № 414/2000 e 853/2011 e demais disposições em contrário.